

Demonstrações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2026

Conteúdo

Demonstração Intermediária do Resultado	3
Demonstração Intermediária do Resultado Abrangente	4
Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa	5
Balço Patrimonial Intermediário	6
Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração Intermediária do Valor Adicionado	8
Performance	9
1. Contexto operacional	10
2. Principais eventos e transações relacionados ao período de três meses findo em 31 de março de 2026	11
3. Informações por segmento de negócios e área geográfica	12
4. Custos e despesas por natureza	14
5. Tributos	15
6. Lucro básico e diluído por ação	18
Capital de giro	19
7. Contas a receber	20
8. Estoques	20
9. Fornecedores e outras contas a pagar	21
10. Fluxos de caixa das atividades operacionais	21
Ativos operacionais	22
11. Imobilizado	23
12. Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	25
13. Intangíveis	27
14. Concessões de ferrovias	28
Gestão financeira	29
15. Resultado financeiro	30
16. Ativos e passivos financeiros	31
17. Gestão de riscos financeiros e de capital	32
19. Arrendamentos	36
20. Outros ativos e passivos financeiros	37
21. Fluxos de caixa das atividades de financiamento	38
Provisões, contingências e outros compromissos	40
22. Rompimento da barragem de Brumadinho	41
23. Passivos relacionados à participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	43
24. Processos judiciais e administrativos	45
Estrutura de capital	47
25. Patrimônio líquido	48
Partes relacionadas	50
26. Investimentos em controladas, coligadas e <i>joint ventures</i>	51
27. Aquisições e desinvestimentos	52
28. Benefícios a empregados	53
29. Partes relacionadas	54
Base de preparação e outros requerimentos	58
30. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias	59
Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas	60

Demonstração Intermediária do Resultado

Em milhões de reais, exceto o lucro por ação

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Receita de vendas, líquida	3(b)	48.680	47.411	26.978	28.157
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	4(a)	(32.423)	(31.811)	(16.143)	(15.446)
Lucro bruto		16.257	15.600	10.835	12.711
Despesas operacionais					
Com vendas e administrativas	4(b)	(800)	(845)	(405)	(413)
Pesquisa e desenvolvimento		(685)	(719)	(481)	(427)
Pré-operacionais e paradas de operação	12	(258)	(523)	(233)	(496)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	26	–	–	5.091	2.089
Outras despesas operacionais, líquidas	4(c)	(1.405)	(1.513)	(1.140)	(1.271)
Redução ao valor recuperável e outros resultados relacionados a ativos não circulantes, líquidos	11, 13 e 27	(628)	(1.456)	(809)	(1.289)
Lucro operacional		12.481	10.544	12.858	10.904
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	15	674	678	416	373
Despesas financeiras	15	(2.199)	(2.230)	(2.019)	(2.038)
Outros itens financeiros, líquido	15	1.736	2.734	(493)	2.974
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures	23 e 26	187	342	187	342
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.879	12.068	10.949	12.555
Tributos sobre o lucro					
Tributos sobre o lucro	5	(2.680)	(3.895)	(996)	(4.391)
Lucro líquido		10.199	8.173	9.953	8.164
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		246	9	—	—
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.		9.953	8.164	9.953	8.164
Lucro por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.					
Lucro por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.	6				
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$)		2,33	1,91	2,33	1,91

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração Intermediária do Resultado Abrangente

Em milhões de reais

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Lucro líquido		10.199	8.173	9.953	8.164
Outros resultados abrangentes:					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Obrigações com benefícios de aposentadoria		(21)	(25)	(16)	(16)
Participações em outros resultados abrangentes de controladas		-	-	(5)	(9)
		(21)	(25)	(21)	(25)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado					
Ajustes de conversão de operações no exterior (i)		(3.582)	(5.070)	(3.410)	(4.749)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	17(a.iv)	722	1.020	722	1.020
Reclassificação de ajustes acumulados de conversão para o resultado		-	55	-	55
		(2.860)	(3.995)	(2.688)	(3.674)
Resultado abrangente		7.318	4.153	7.244	4.465
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores		74	(312)	-	-
Resultado abrangente atribuído aos acionistas da Vale S.A.		7.244	4.465	-	-

(i) Inclui o efeito de variação das taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de investidas que atuam em ambiente econômico internacional, com moeda diferente da moeda funcional da Vale S.A. (nota 30b).

Os itens acima estão apresentados líquidos de impostos quando aplicável, os quais estão apresentados na nota 5. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa

Em milhões de reais

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Caixa gerado pelas operações	10(a)	12.881	14.775	17.917	21.930
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	21	(1.135)	(1.413)	(1.787)	(2.065)
Recebimentos na liquidação de derivativos, líquido	17	613	771	362	791
Pagamentos relacionados ao evento de Brumadinho	22	(563)	(490)	(563)	(490)
Pagamentos relacionados à descaracterização das barragens	12	(330)	(461)	(330)	(461)
Pagamentos de tributos sobre o lucro (incluindo programas de refinanciamento)		(1.689)	(3.456)	(762)	(2.873)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		9.777	9.726	14.837	16.832
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Investimentos no imobilizado e intangível		(6.244)	(7.360)	(4.878)	(5.708)
Pagamentos relacionados ao rompimento da barragem da Samarco	23(a)	(675)	(950)	(675)	(950)
Dividendos recebidos de coligadas e <i>joint ventures</i>		146	113	25	–
Aplicações financeiras, líquidas		306	154	259	35
Outras atividades de investimento, líquidas		(220)	7	(67)	(373)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(6.687)	(8.036)	(5.336)	(6.996)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos e financiamentos de terceiros	21	5.016	9.349	2.683	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de terceiros	21	(5.864)	(5.482)	(982)	(1.043)
Pagamentos de arrendamentos	19(b)	(186)	(174)	(46)	(32)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da Vale S.A.	25(d.i)	(14.465)	(11.365)	(14.465)	(11.365)
Programa de recompra de ações	25(c)	(386)	–	(386)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(15.885)	(7.672)	(13.196)	(12.440)
Redução no caixa e equivalentes de caixa, líquido		(12.795)	(5.982)	(3.695)	(2.604)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		40.563	30.671	11.460	9.084
Efeito de variação cambial no caixa e equivalentes de caixa		(1.228)	(1.388)	–	–
Efeito da transferência do caixa de controladas classificadas como ativos não circulantes mantidos para venda e outros		–	(591)	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		26.540	22.710	7.765	6.480

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanço Patrimonial Intermediário

Em milhões de reais

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	16	26.540	40.563	7.765	11.460
Aplicações financeiras de curto prazo	16	1.012	1.066	851	899
Contas a receber	7	12.533	12.639	4.617	15.081
Outros ativos financeiros	20	4.834	2.517	1.653	1.425
Estoques	8	32.020	32.666	8.680	7.944
Tributos a recuperar	5(e)	6.849	8.280	5.415	5.856
Outros		3.501	2.914	2.311	2.271
		87.289	100.645	31.292	44.936
Ativos não circulantes mantidos para venda	27(a)	138	-	-	-
		87.427	100.645	31.292	44.936
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	24(c)	3.114	3.580	2.995	3.453
Outros ativos financeiros	20	3.638	2.637	2.033	1.230
Tributos a recuperar	5(e)	10.162	9.768	8.957	8.608
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	31.415	34.761	23.013	24.899
Outros		7.313	7.728	5.038	5.321
		55.642	58.474	42.036	43.511
Investimentos	26	26.884	27.674	134.837	133.861
Intangíveis	13	48.869	49.261	41.651	42.045
Imobilizado	11	238.351	240.040	160.834	159.608
		369.746	375.449	379.358	379.025
Total do ativo		457.173	476.094	410.650	423.961
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	9	28.657	30.621	15.732	17.289
Empréstimos e financiamentos	18	3.117	2.847	1.190	960
Arrendamentos	19	837	884	323	329
Concessão de ferrovias	14	3.215	3.138	3.215	3.138
Outros passivos financeiros	20	3.343	3.603	21.333	26.970
Tributos a recolher	5(e)	3.369	3.781	1.584	1.255
Programas de refinanciamento ("REFIS")	5(e)	2.365	2.328	2.365	2.328
Passivos relacionados a Brumadinho	22	4.530	4.168	4.530	4.168
Passivos relacionados a participação em coligadas e joint ventures	23	6.164	5.955	6.164	5.955
Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	12	5.233	4.774	4.801	4.208
Provisões para processos judiciais e administrativos	24(a)	799	794	799	794
Benefícios a empregados	28	3.574	6.234	2.499	4.025
Dividendos a pagar	25(d.i)	111	14.588	111	14.588
Outros		4.468	3.605	3.002	2.672
		69.782	87.320	67.648	88.679
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda	27(a)	730	-	-	-
		70.512	87.320	67.648	88.679
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	91.856	96.932	35.737	35.134
Arrendamentos	19	2.510	2.794	766	831
Concessão de ferrovias	14	9.794	10.034	9.794	10.034
Outros passivos financeiros	20	17.744	16.770	56.734	53.825
Programas de refinanciamento ("REFIS")	5(e)	3.790	4.314	3.790	4.314
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	426	588	-	-
Passivos relacionados a Brumadinho	22	5.693	6.345	5.693	6.345
Passivos relacionados a participação em coligadas e joint ventures	23	7.912	8.424	7.912	8.424
Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	12	27.279	29.128	17.886	18.667
Provisões para processos judiciais e administrativos	24(a)	4.926	4.944	4.538	4.607
Benefícios a empregados	28	6.264	6.680	2.504	2.489
Transações de streaming		10.240	10.831	-	-
Outros		2.312	2.064	6.432	6.313
		190.746	199.848	151.786	150.983
Total do passivo		261.258	287.168	219.434	239.662
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido	25				
Patrimônio líquido dos acionistas da Vale S.A.		191.216	184.299	191.216	184.299
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores		4.699	4.627	-	-
Total do patrimônio líquido		195.915	188.926	191.216	184.299
Total do passivo e patrimônio líquido		457.173	476.094	410.650	423.961

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhões de reais

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Ações em tesouraria	Outras reservas	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Vale S.A.	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2025		77.300	3.634	96.179	(19.781)	(177)	27.144	-	184.299	4.627	188.926
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	9.953	9.953	246	10.199
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(65)	(2.644)	-	(2.709)	(172)	(2.881)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Programa de recompra de ações	25(c)	-	-	-	(386)	-	-	-	(386)	-	(386)
Transações de capital		-	-	-	-	(18)	-	-	(18)	(1)	(19)
Programas de pagamento baseado em ações	28(a)	-	-	-	51	26	-	-	77	-	77
Ações em tesouraria canceladas	25(b)	-	-	(6.967)	6.967	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026		77.300	3.634	89.212	(13.149)	(234)	24.500	9.953	191.216	4.699	195.915
Saldo em 31 de dezembro de 2024		77.300	3.634	114.889	(19.785)	(432)	31.166	-	206.772	6.948	213.720
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	8.164	8.164	9	8.173
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(105)	(3.594)	-	(3.699)	(321)	(4.020)
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale S.A.	25(d)	-	-	(9.143)	-	-	-	-	(9.143)	-	(9.143)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Transações de capital		-	-	-	-	(36)	-	-	(36)	1	(35)
Programas de pagamento baseado em ações	28(a)	-	-	-	4	20	-	-	24	-	24
Saldo em 31 de março de 2025		77.300	3.634	105.746	(19.781)	(553)	27.572	8.164	202.082	6.635	208.717

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado

Em milhões de reais

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Geração do valor adicionado				
Receita bruta				
Receita de produtos e serviços	49.126	47.940	27.363	28.644
Receitas relativas à construção de ativos próprios	787	2.099	755	1.735
Outras receitas	511	286	432	197
Menos:				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(10.712)	(10.563)	(5.776)	(5.624)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.442)	(12.507)	(3.999)	(4.737)
Redução ao valor recuperável e outros resultados com baixa de ativos não circulantes, líquidas	(628)	(1.456)	(809)	(1.289)
Despesas relacionadas ao evento de Brumadinho	(356)	(612)	(356)	(612)
Descaracterização de barragens	17	49	17	49
Outros custos e despesas	(3.538)	(3.801)	(2.074)	(2.054)
Valor adicionado bruto	23.765	21.435	15.553	16.309
Depreciação, amortização e exaustão	(4.435)	(4.105)	(2.696)	(2.548)
Valor adicionado líquido	19.330	17.330	12.857	13.761
Recebido de terceiros:				
Resultado de participações	187	342	5.278	2.431
Resultado financeiro	462	(849)	(148)	(1.017)
Total do valor adicionado a distribuir	19.979	16.823	17.987	15.175
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	2.844	2.937	1.558	1.422
Benefícios	1.194	1.119	921	848
FGTS	147	131	128	117
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos Federais	4.303	5.528	2.378	5.815
Impostos Estaduais	1.003	966	915	984
Impostos Municipais	54	53	44	41
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros (derivativos líquidos e variação monetária e cambial passiva)	43	(2.284)	1.919	(2.391)
Arrendamento	192	200	171	175
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido das operações continuadas reinvestido	9.953	8.164	9.953	8.164
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	246	9	-	-
Distribuição do valor adicionado	19.979	16.823	17.987	15.175

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

Performance



1. Contexto operacional

A Vale S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O capital social é composto por ações ordinárias, negociadas na B3 sob o código VALE3. A Companhia possui *American Depositary Receipt* ("ADRs") listadas na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE") sob o código VALE. As ações também são negociadas no LATIBEX, sob o código XVALO. O LATIBEX é um mercado eletrônico não regulado criado pela Bolsa de Valores de Madri, para possibilitar a negociação de valores mobiliários latino-americanos. A composição acionária está apresentada na nota 25 destas demonstrações financeiras intermediárias.

A Vale S.A., em conjunto com suas controladas ("Vale" ou "Companhia"), é uma das maiores produtoras mundiais de minério de ferro e níquel, produzindo também pelotas e briquetes de minério de ferro, cobre e subprodutos como metais do grupo da platina (PGM), ouro, prata e cobalto.

Os negócios da Companhia estão organizados em dois segmentos operacionais, "Soluções de Minério de Ferro" e "Vale Metais Básicos" (nota 3).

Soluções de Minério de Ferro

Compreende a extração de minério de ferro, a produção de pelotas e outros produtos ferrosos, bem como grandes sistemas logísticos e centros de distribuição integrados às suas operações de mineração, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos.

- **Minério de ferro.** A Companhia opera três sistemas no Brasil para produção e distribuição de minério de ferro:
 - Sistema Norte. Composto por três complexos de mineração, a ferrovia Estrada de Ferro Carajás (EFC) e um terminal marítimo.
 - Sistema Sudeste. Composto por três complexos de mineração, a ferrovia Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) e terminais marítimos.
 - Sistema Sul. Composto por dois complexos de mineração e terminais marítimos.
- **Pelotas de minério de ferro e outros produtos ferrosos.** A Vale possui um portfólio diversificado de aglomerados, que inclui pelotas e briquetes. A Companhia opera oito plantas de pelotização no Brasil, duas em Omã dedicadas à produção de pelotas, e duas plantas de briquetagem no Brasil para produção de briquetes.

A maior parte destes produtos são vendidos para o mercado internacional por meio da principal trading do grupo, a Vale International S.A. ("VISA"), uma subsidiária integral da Vale que está localizada na Suíça.

Vale Metais Básicos

O segmento Vale Metais Básicos é conduzido pela Vale Base Metals (VBM) e compreende a produção de níquel, cobre e respectivos subprodutos.

- **Níquel.** As principais operações são conduzidas pela Vale Canada Limited ("Vale Canada"), que possui minas e plantas de processamento no Canadá e no Brasil, além de instalações de refino de níquel no Reino Unido e Japão. A Companhia também detém investimentos em operações de níquel na Indonésia.
- **Cobre.** No Brasil, a Companhia produz concentrados de cobre em Sossego e Salobo em Carajás, Estado do Pará. No Canadá, por meio da Vale Canada, produz concentrados e cátodos de cobre, associados às operações de níquel em Sudbury (Ontário) e Voisey's Bay (Newfoundland e Labrador).
- **Outros metais básicos.** Em Sudbury, o minério extraído gera cobalto, PGMs, prata e ouro como subprodutos, processados nas instalações de refino em Port Colborne (Ontário). No Canadá, a Companhia também produz cobalto refinado em Long Harbour (Newfoundland e Labrador). As operações de cobre em Sossego e Salobo também produzem prata e ouro como subprodutos. A Companhia também possui transações de streaming em subprodutos de níquel e cobre.

A Companhia também participa da exploração mineral *greenfield* em cinco países, sendo eles Brasil, Canadá, Chile, Peru e Indonésia. Além disso, a Vale detém participações em coligadas e *joint ventures*, envolvidas principalmente na produção de produtos ferrosos e metais básicos, na operação de infraestrutura logística e em negócios de energia que visam atender parte de necessidade de consumo da Vale por meio de fontes renováveis. A lista dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* da Companhia está apresentada na nota 26.

2. Principais eventos e transações relacionados ao período de três meses findo em 31 de março de 2026

Ativos operacionais

- **Operações de Thompson, Canadá** - Em fevereiro de 2026, em continuidade à revisão estratégica dos ativos de níquel, a Companhia assinou um acordo com Exiro Minerals Corporation, Orion Resources Partners LP, e Canada Growth Fund Inc. para formar uma nova entidade, na qual a Vale deterá uma participação minoritária por meio do aporte dos ativos de Thompson. Como resultado, a Vale classificou os ativos e passivos relacionados a operação de Thompson como mantidos para venda. A Companhia não espera efeitos materiais decorrentes do fechamento desta transação, que está prevista para ocorrer até o final de 2026, sujeita a condições precedentes usuais. Maiores detalhes estão apresentados na nota 27(b) destas demonstrações financeiras intermediárias.

Estrutura de capital

- **Cancelamento e recompra de ações** – No período de três meses findo em 31 de março de 2026, a Companhia recomprou 4.980.600 ações ordinárias e seus respectivos ADRs, correspondentes ao valor total de R\$386, e aprovou o cancelamento de 99.847.816 ações ordinárias detidas em tesouraria. Maiores detalhes estão apresentados na nota 25 destas demonstrações financeiras intermediárias.
- **Remuneração aos acionistas** – Em janeiro e março de 2026, a Companhia pagou dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas no valor total de R\$14.465, líquido de impostos retidos, referentes a remuneração do exercício de 2025. Maiores detalhes estão apresentados na nota 25(d) destas demonstrações financeiras intermediárias.

Base de preparação e outros requerimentos

- **Conflito no oriente médio** – A escalada das tensões geopolíticas no Oriente Médio em 2026 e as restrições logísticas associadas elevaram a complexidade do ambiente operacional internacional. A Vale está monitorando os desdobramentos deste tema e, até o momento, não espera impactos significativos em suas operações.

3. Informações por segmento de negócios e área geográfica

Os segmentos operacionais reportáveis estão alinhados com os produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, que incluem o Comitê Executivo e o Conselho de Administração, utilizam o LAJIDA (EBITDA) ajustado como medida de desempenho por segmento.

Segmento	Principais atividades
Soluções de Minério de Ferro	Compreendem a extração e produção de minério de ferro, produção de pelotas, outros produtos ferrosos e serviços de logística relacionados.
Vale Metais Básicos	Incluem a extração e produção de níquel e subprodutos (ouro, prata, cobalto e outros metais) e cobre, bem como seus subprodutos (ouro e prata).

O LAJIDA (EBITDA) ajustado da Companhia é calculado a partir do lucro ou prejuízo operacional, incluindo o LAJIDA (EBITDA) de coligadas e *joint ventures*, que é uma medida do "resultado de participações" (nota 26); e excluindo (i) depreciação, exaustão e amortização; e (ii) redução ao valor recuperável e outros resultados relacionados a ativos não circulantes, líquidos e outros.

Adicionalmente, itens não alocados aos segmentos reportáveis incluem despesas corporativas, pesquisa e desenvolvimento de projetos de exploração *greenfield*, bem como as despesas relacionadas ao evento de Brumadinho, a descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos.

a) LAJIDA (EBITDA) ajustado

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado	
		2026	2025
Minério de ferro		12.838	13.659
Pelotas de minério de ferro		2.517	3.123
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos		(80)	105
Soluções de Minério de Ferro		15.275	16.887
Níquel		1.464	225
Cobre		4.996	3.180
Outros metais básicos		(153)	(196)
Vale Metais Básicos		6.307	3.209
Itens não alocados		(1.477)	(1.907)
LAJIDA (EBITDA) ajustado		20.105	18.189
Depreciação, exaustão e amortização	10(a)	(4.435)	(4.105)
Redução ao valor recuperável e outros resultados relacionados a ativos não circulantes, líquidos e outros (i)		(1.969)	(2.418)
LAJIDA (EBITDA) de coligadas e <i>joint ventures</i>		(1.220)	(1.122)
Lucro operacional		12.481	10.544
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e <i>joint ventures</i>	26	187	342
Resultado financeiro	15	211	1.182
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.879	12.068

(i) Inclui R\$628 referente a outros resultados relacionados a ativos não circulantes, líquidos (2025: R\$1.456) e R\$1.341 de despesas para refletir a performance das transações de *streaming* a preços de cotação de mercado (2025: R\$962).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Receita líquida de vendas por segmento de negócios e área geográfica

Consolidado

	Período de três meses findo em 31 de março de 2026								
	Soluções de Minério de Ferro				Vale Metais Básicos				Receita de vendas, líquida
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Outros metais básicos	Total Vale Metais Básicos	
China (i)	21.029	107	–	21.136	851	821	149	1.821	22.957
Japão	2.695	311	2	3.008	245	–	–	245	3.253
Ásia, exceto Japão e China	3.486	242	19	3.747	463	817	54	1.334	5.081
Brasil	1.299	1.817	784	3.900	202	–	16	218	4.118
Estados Unidos	–	281	–	281	1.319	–	–	1.319	1.600
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	–	452	–	452	886	–	–	886	1.338
Alemanha	425	175	–	600	535	1.379	–	1.914	2.514
Europa, exceto Alemanha	979	246	–	1.225	1.547	3.198	1	4.746	5.971
Oriente Médio, África e Oceania	–	1.785	–	1.785	63	–	–	63	1.848
Receita de vendas, líquida	29.913	5.416	805	36.134	6.111	6.215	220	12.546	48.680

Consolidado

	Período de três meses findo em 31 de março de 2025								
	Soluções de Minério de Ferro				Vale Metais Básicos				Receita de vendas, líquida
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Outros metais básicos	Total Vale Metais Básicos	
China (i)	21.169	–	–	21.169	538	966	39	1.543	22.712
Japão	2.599	112	1	2.712	317	–	–	317	3.029
Ásia, exceto Japão e China	3.125	230	37	3.392	564	166	26	756	4.148
Brasil	1.452	2.204	932	4.588	135	–	31	166	4.754
Estados Unidos	–	316	–	316	1.308	–	112	1.420	1.736
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	–	282	–	282	700	–	–	700	982
Alemanha	481	239	–	720	827	1.132	22	1.981	2.701
Europa, exceto Alemanha	1.285	194	–	1.479	1.171	2.062	15	3.248	4.727
Oriente Médio, África e Oceania	–	2.576	–	2.576	46	–	–	46	2.622
Receita de vendas, líquida	30.111	6.153	970	37.234	5.606	4.326	245	10.177	47.411

(i) Inclui a receita de vendas da China Continental no valor de R\$22.373 (2025: R\$22.214) e Taiwan no valor de R\$584 (2025: R\$498).

Nenhum cliente representou isoladamente 10% ou mais das receitas da Companhia nos períodos apresentados acima.

c) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento de negócios

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	2026	2025
Minério de Ferro	17.044	16.393
Pelota de Minério de Ferro	3.085	3.264
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	870	796
Soluções de Minério de Ferro	20.999	20.453
Níquel	4.779	5.303
Cobre	2.235	1.974
Outros metais básicos	213	225
Vale Metais Básicos	7.227	7.502
Depreciação, exaustão e amortização	4.197	3.856
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	32.423	31.811

d) Ativos por área geográfica

	31 de março de 2026				31 de dezembro de 2025			
	Investimentos em coligadas e joint ventures	Intangíveis	Imobilizado	Total	Investimentos em coligadas e joint ventures	Intangíveis	Imobilizado	Total
Brasil	14.143	48.819	187.965	250.927	14.268	49.210	185.732	249.210
Canadá	–	37	41.035	41.072	–	42	44.318	44.360
Américas, exceto Brasil e Canadá	–	–	18	18	–	–	20	20
Indonésia	9.757	–	323	10.080	10.138	–	348	10.486
China	–	6	12	18	–	6	15	21
Ásia, exceto Indonésia e China	–	1	3.178	3.179	–	1	3.429	3.430
Europa	–	4	3.119	3.123	–	–	3.393	3.393
Omã	2.984	2	2.701	5.687	3.268	2	2.785	6.055
Total	26.884	48.869	238.351	314.104	27.674	49.261	240.040	316.975

4. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos e serviços prestados

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	2026	2025
Serviço	6.425	5.963
Frete e outros custos associados	5.649	6.206
Depreciação	4.197	3.856
Pessoal	4.095	3.930
Materiais	3.579	3.524
Aquisição de produtos	3.368	3.249
Royalties	1.653	1.511
Óleo combustível e gases	1.466	1.548
Energia	995	712
Outros	996	1.312
Total	32.423	31.811

b) Despesas com vendas e administrativas

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	2026	2025
Pessoal	360	359
Serviços	210	155
Depreciação e amortização	55	141
Outros	175	190
Total	800	845

c) Outras despesas operacionais, líquidas

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado	
		2026	2025
Despesas relacionadas ao evento de Brumadinho	22	356	612
Complemento (reversão) de provisão relacionadas à descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos, líquidos	12	15	(2)
Provisão para processos judiciais	24(a)	226	331
Programa de participação nos lucros		119	231
Despesas com compromissos socioambientais		390	80
Outros		299	261
Total		1.405	1.513

5. Tributos

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	12.879	12.068	10.949	12.555
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação (34%)	(4.379)	(4.103)	(3.723)	(4.269)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:				
Juros sobre o capital próprio	1.304	1.222	1.172	1.100
Incentivos fiscais	1.200	1.175	425	796
Variação cambial sobre prejuízos fiscais e outros	(526)	(527)	(412)	(1.771)
Efeitos da apuração fiscal em entidades no exterior	(105)	(642)	(17)	(20)
Resultado de participações societárias	98	54	1.830	765
Efeitos fiscais decorrentes de desinvestimentos e aquisições, líquido	–	(771)	–	(771)
Outros	(272)	(303)	(271)	(221)
Tributos sobre o lucro	(2.680)	(3.895)	(996)	(4.391)
Tributos correntes	(1.274)	(1.098)	(437)	(809)
Tributos diferidos	(1.406)	(2.797)	(559)	(3.582)
Tributos sobre o lucro	(2.680)	(3.895)	(996)	(4.391)

b) Imposto de renda diferido ativos e passivos

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Imposto diferido, líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.761	588	34.173
Efeitos no resultado	(1.441)	(33)	(1.408)
Outros resultados abrangentes	(1.329)	(7)	(1.322)
Transferências entre ativo e passivo	(101)	(101)	-
Ajuste de conversão	(475)	(21)	(454)
Saldo em 31 de março de 2026	31.415	426	30.989
Saldo em 31 de dezembro de 2024	51.050	2.757	48.293
Efeitos no resultado	(2.578)	219	(2.797)
Outros resultados abrangentes	10	16	(6)
Transferências entre ativo e passivo	(215)	(215)	-
Ajuste de conversão	(496)	(75)	(421)
Incorporações, aquisições e desinvestimentos	(56)	(1.694)	1.638
Saldo em 31 de março de 2025	47.715	1.008	46.707

c) Incentivos fiscais

No Brasil, a Companhia possui incentivos fiscais de redução parcial do imposto de renda gerado pelas operações conduzidas na região norte com minério de ferro, níquel e cobre ("Incentivos de Redução do IRPJ"). O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade incentivada, e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiários para cada produto, que no geral são por 10 anos. Estes incentivos fiscais expiram substancialmente entre dezembro de 2027 e dezembro de 2035, de acordo com a concessão do incentivo fiscal para cada operação.

Além destes incentivos, parte do imposto de renda devido pode ser reinvestido na aquisição de novas máquinas e equipamentos ("Incentivo de Reinvestimento"), sujeito à aprovação posterior pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM").

De acordo com a legislação brasileira e a Resolução do Conselho Deliberativo da SUDAM N° 136 de 2025, que impõe a obrigatoriedade para capitalização do reinvestimento, o montante obtido com a economia fiscal em função dos Incentivos Fiscais deve ser apropriado em conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas. Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da Vale aprovou a utilização de parte da reserva de incentivos fiscais para aumento do capital social, no valor de R\$500 (nota 25a).

O impacto destes incentivos fiscais na alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro está apresentado como "incentivos fiscais" no item (a) desta nota explicativa.

Mudanças nas leis e regulamentos - A Lei Complementar n° 224 ("LC n° 224"), sancionada em dezembro de 2025 e com vigência a partir de 2026, determina a redução linear de 10% nos incentivos e benefícios federais de natureza tributária. Nesse contexto, eventual fruição do Incentivo de Reinvestimento a partir de 2026 estará sujeita às disposições e eventuais reduções previstas na LC n° 224.

Os Incentivos de Redução do IRPJ atualmente usufruídos pela Companhia não serão materialmente impactados pela LC n° 224 durante os seus períodos de vigência. À medida que se aproxime o prazo de expiração, a Vale avaliará seu novo enquadramento e a possibilidade de solicitar novas concessões.

d) Posições fiscais incertas

O valor autuado em discussão com as autoridades fiscais é de R\$49.408 em 31 de março de 2026 (31 de dezembro de 2025: R\$48.742, que inclui os efeitos tributários da redução de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL no montante de R\$9.343 em 31 de março de 2026 (31 de dezembro de 2025: R\$9.125), caso a autoridade fiscal não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia em relação a esses temas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado

	31 de março de 2026			31 de dezembro de 2025		
	Autuado (i)	Não autuado (ii)	Total	Autuado (i)	Não autuado (ii)	Total
Incertezas fiscais não registradas no balanço patrimonial						
Cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério para trading no exterior	27.143	9.950	37.093	26.517	9.950	36.467
Despesas de Juros sobre o Capital Próprio	6.923	–	6.923	7.215	–	7.215
Processo relacionado ao imposto pago no exterior	2.900	–	2.900	2.847	–	2.847
Amortização de ágio	5.669	416	6.085	5.547	422	5.969
Despesas com repasses à Fundação Renova	4.139	1.525	5.664	4.034	1.525	5.559
Outros	2.634	–	2.634	2.582	–	2.582
	49.408	11.891	61.299	48.742	11.897	60.639

(i) Inclui os efeitos tributários da redução de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL, com multa e juros.

(ii) Inclui o valor de principal, sem multa e juros.

e) Tributos a recuperar e a recolher e programas de refinanciamento (REFIS)

Consolidado

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")	1.776	1.711	101	107	280	284	–	–
PIS e COFINS	823	1.144	7.466	7.117	6	11	–	–
Tributos sobre o lucro	4.181	5.354	2.595	2.544	1.777	1.933	–	–
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM")	–	–	–	–	295	422	–	–
Outros	69	71	–	–	1.011	1.131	–	–
Total tributos a recolher e a recuperar	6.849	8.280	10.162	9.768	3.369	3.781	–	–
Passivo REFIS (i)	–	–	–	–	2.365	2.328	3.790	4.314
Total passivo REFIS	–	–	–	–	2.365	2.328	3.790	4.314

(i) O saldo é substancialmente proveniente da adesão ao REFIS dos tributos incidentes sobre o lucro de suas subsidiárias e coligadas estrangeiras de 2003 a 2012. Esse saldo é devido com juros indexados à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e será pago em parcelas mensais até outubro de 2028 e o impacto de atualização do passivo pela SELIC é registrado no resultado financeiro da Companhia (nota 15).

f) Tributação mínima global (Pilar II)

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo do Pilar II para uma reforma tributária internacional. Grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras, deverão calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam, denominada alíquota efetiva GloBE.

Quando a alíquota efetiva GloBE de qualquer jurisdição onde o grupo opera, considerando a visão agregada das entidades localizadas naquela jurisdição, for inferior à alíquota mínima definida em 15%, o grupo multinacional deverá pagar um valor complementar de tributo sobre o lucro, referente à diferença entre sua alíquota efetiva GloBE e a alíquota mínima.

A Companhia está sujeita às regras modelo do Pilar II da OCDE em diversas jurisdições, tais como Brasil, Canadá e Suíça, entre outras. A Vale aplicou a exceção de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da legislação tributária, para implementação das regras modelo do Pilar II da OCDE, de acordo com a IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

g) Reforma tributária do consumo

Em 2025, a reforma da tributação sobre o consumo foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 ("Reforma"), que instituiu a substituição dos tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS), aplicável a determinados setores econômicos, inclusive o setor minerário.

O período de transição para o novo modelo de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência dos novos tributos no primeiro ano de transição. Os impactos da Reforma nas operações da Companhia estão sendo avaliados ao longo do exercício de 2026, e os ajustes necessários em seus processos e sistemas estão sendo implementados, de forma progressiva, em conformidade com o cronograma estabelecido pela legislação. Com base nas informações atualmente disponíveis, não identificamos efeitos materiais nas Demonstrações Financeiras intermediárias.

6. Lucro básico e diluído por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação estão apresentados a seguir:

Período de três meses findo em 31 de março de	2026	2025
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.	9.953	8.164
Em milhares de ações		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	4.268.602	4.268.759
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação e potenciais ações ordinárias	4.274.631	4.273.772
Lucro por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$)	2,33	1,91

Capital de giro



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Recebíveis de contratos com clientes					
Terceiros					
Soluções de Minério de Ferro		6.529	7.021	1.724	1.205
Vale Metais Básicos		5.512	5.194	–	–
Outros		77	90	57	93
Partes relacionadas	29(b)	702	631	2.924	13.871
Contas a receber		12.820	12.936	4.705	15.169
Perda de crédito esperada		(287)	(297)	(88)	(88)
Contas a receber, líquidas		12.533	12.639	4.617	15.081

Contratos de venda a preços provisórios - A Companhia está exposta principalmente ao risco do preço do minério de ferro e cobre. O preço final de venda destas *commodities* é calculado com base no período de cotação estipulado nos contratos de venda, que geralmente é posterior à data de reconhecimento da receita. Portanto, a Companhia reconhece a receita inicialmente com base em uma fatura provisória e o contas a receber dos produtos com preços provisórios são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 16), sendo estas alterações no valor do contas a receber apresentadas como receita de vendas no resultado. No período findo em 31 de março de 2026, a receita de vendas decorrente de ajustes no valor justo de contratos a preços provisórios totalizou R\$546.

A sensibilidade do risco da Companhia na liquidação final do contas a receber com preços provisórios está apresentada a seguir:

	31 de março de 2026			
	Mil toneladas métricas	Preço provisório (US\$/ton)	Variação	Efeito na receita (R\$ milhões)
Minério de ferro	13.145	106	+/-10%	+/- 733
Cobre	88	12.600	+/-10%	+/- 564

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Produtos acabados				
Soluções de Minério de Ferro	17.168	17.520	5.761	4.989
Vale Metais Básicos	3.836	3.772	–	–
	21.004	21.292	5.761	4.989
Produtos em elaboração	4.967	4.956	–	–
Material de consumo	6.055	6.428	2.919	2.959
Redução ao valor realizável líquido	(6)	(10)	–	(4)
Total de estoques	32.020	32.666	8.680	7.944

O valor do custo dos produtos vendidos está apresentado na nota 4(a).

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Terceiros		27.606	29.335	15.043	16.489
Partes relacionadas	29(b)	1.051	1.286	689	800
Total		28.657	30.621	15.732	17.289

Os passivos financeiros apresentados como Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial da Companhia representam o montante em aberto de faturas para compras de bens e serviços, cujo prazo médio de vencimento normalmente é de aproximadamente 60 dias.

A Companhia realiza acordos de financiamento de fornecedores ("Acordos") como parte da estratégia de capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, cuja extensão de prazo de pagamento é limitada a um período de curto prazo. A Companhia também é parte de acordos para que determinados fornecedores possam adiantar seus recebíveis com a Vale em função de compras de materiais e serviços, sem qualquer tipo de alteração em valor ou prazo de pagamento para a Companhia. Estes acordos de financiamento de fornecedores continuam a ser apresentados como fornecedores no balanço patrimonial da Companhia, já que não modificam substancialmente os termos e condições dos passivos originais. O saldo em aberto em 31 de março de 2026 relativo a essas transações era de R\$7.082 (R\$7.627 em 31 de dezembro de 2025), no consolidado, e de R\$6.276 (R\$6.711 em 31 de dezembro de 2025) na controladora, para os quais os fornecedores já haviam recebido o pagamento dos financiadores.

Os encargos financeiros relacionados ao aumento do prazo de pagamento são reconhecidos no resultado financeiro como "Juros sobre transações de capital de giro" (nota 15). Os encargos financeiros e a variação cambial reconhecidos no resultado consolidado do período de três meses findo em 31 de março de 2026 em função dos Acordos totalizaram, respectivamente, R\$338 (2025: R\$ 229) e R\$7 (2025: R\$0).

10. Fluxos de caixa das atividades operacionais

a) Reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.879	12.068	10.949	12.555
Ajustado por:					
Resultado de participações em controladas	26	–	–	(5.091)	(2.089)
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e <i>joint ventures</i>	26	(187)	(342)	(187)	(342)
Redução ao valor recuperável e outros resultados relacionado a ativos não circulantes, líquidos	11, 13 e 27	628	1.456	809	1.289
Mudança de estimativas relacionadas à provisão de Brumadinho	22	(28)	224	(28)	224
Mudança de estimativas relacionadas à provisão para descaracterização de barragens	12	(17)	(50)	(17)	(50)
Depreciação, exaustão e amortização		4.435	4.105	2.696	2.548
Resultado financeiro, líquido	15	(211)	(1.182)	2.096	(1.309)
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber	7	(661)	1.914	5.503	5.866
Estoques	8	(1.135)	(1.421)	(717)	(321)
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	9	(1.534)	(228)	(1.550)	473
Outros ativos e passivos, líquidos		(1.288)	(1.769)	3.454	3.086
Caixa gerado pelas operações		12.881	14.775	17.917	21.930

b) Transações que não envolveram caixa

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Transações que não envolveram caixa:					
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	26		23	26	23



Ativos operacionais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

Consolidado

	Notas	Terrenos	Imóveis e instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Equipamentos de ferrovia	Ativo de direito de uso	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.623	100.805	24.995	23.479	13.143	3.340	13.116	57.539	240.040
Adições		–	–	–	–	–	(3)	–	5.738	5.735
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	26	26
Baixas		–	(42)	(13)	(2)	(2)	–	(2)	(186)	(247)
Obrigações para descomissionamento de ativos	12	–	–	–	251	–	–	–	–	251
Depreciação, exaustão e amortização		–	(1.443)	(902)	(540)	(233)	(255)	(607)	–	(3.980)
Ajuste de conversão		(57)	(766)	(476)	(795)	(6)	(110)	(264)	(1.000)	(3.474)
Transferências		–	2.225	1.706	6.444	63	–	310	(10.748)	–
Saldo em 31 de março de 2026		3.566	100.779	25.310	28.837	12.965	2.972	12.553	51.369	238.351
Custo		3.566	181.853	62.640	86.269	23.418	8.310	30.646	51.369	448.071
Depreciação acumulada		–	(81.074)	(37.330)	(57.432)	(10.453)	(5.338)	(18.093)	–	(209.720)
Saldo em 31 de março de 2026		3.566	100.779	25.310	28.837	12.965	2.972	12.553	51.369	238.351
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.655	100.003	25.002	28.153	12.932	4.089	13.575	60.185	247.594
Adições		–	–	–	–	–	620	–	6.210	6.830
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	23	23
Baixas		(7)	(39)	(13)	(38)	(2)	–	(68)	(592)	(759)
Redução ao valor recuperável		–	–	–	–	–	–	–	(103)	(103)
Obrigações para descomissionamento de ativos	12	–	–	–	495	–	–	–	–	495
Depreciação, exaustão e amortização		–	(1.420)	(904)	(548)	(217)	(198)	(446)	–	(3.733)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	27(a)	–	(1.888)	(2.058)	(6)	–	(212)	(279)	(326)	(4.769)
Ajuste de conversão		(48)	(1.116)	(556)	(591)	(6)	(192)	(375)	(1.904)	(4.788)
Transferências		125	3.626	1.234	(6.540)	532	–	627	396	–
Saldo em 31 de março de 2025		3.725	99.166	22.705	20.925	13.239	4.107	13.034	63.889	240.790
Custo		3.725	174.277	56.398	65.702	23.070	8.792	29.277	63.889	425.130
Depreciação acumulada		–	(75.111)	(33.693)	(44.777)	(9.831)	(4.685)	(16.243)	–	(184.340)
Saldo em 31 de março de 2025		3.725	99.166	22.705	20.925	13.239	4.107	13.034	63.889	240.790

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

	Notas	Terrenos	Imóveis e instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Equipamentos de ferrovia	Ativo de direito de uso	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.841	74.273	14.506	9.186	13.030	1.036	7.973	36.763	159.608
Adições		–	–	–	–	–	(36)	–	3.901	3.865
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	26	26
Baixas		–	(38)	(10)	(3)	(2)	–	(2)	(211)	(266)
Obrigações para descomissionamento de ativos	12	–	–	–	(12)	–	–	–	–	(12)
Depreciação, exaustão e amortização		–	(978)	(512)	(201)	(230)	(77)	(389)	–	(2.387)
Transferências		–	1.118	722	–	48	–	341	(2.229)	–
Saldo em 31 de março de 2026		2.841	74.375	14.706	8.970	12.846	923	7.923	38.250	160.834
Custo		2.841	111.908	32.009	15.441	23.196	3.056	20.001	38.250	246.702
Depreciação acumulada		–	(37.533)	(17.303)	(6.471)	(10.350)	(2.133)	(12.078)	–	(85.868)
Saldo em 31 de março de 2026		2.841	74.375	14.706	8.970	12.846	923	7.923	38.250	160.834
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.802	70.779	13.119	8.652	12.829	1.142	7.349	34.140	150.812
Adições		–	–	–	–	–	620	–	4.500	5.120
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	23	23
Baixas		(7)	(31)	(10)	(37)	(2)	–	(63)	(487)	(637)
Obrigações para descomissionamento de ativos	12	–	–	–	5	–	–	–	–	5
Depreciação, exaustão e amortização		–	(927)	(511)	(195)	(215)	(89)	(368)	–	(2.305)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	27(a)	–	(1.290)	(1)	–	–	(178)	(1)	(165)	(1.635)
Transferências		97	1.731	687	(95)	546	–	575	(3.541)	–
Saldo em 31 de março de 2025		2.892	70.262	13.284	8.330	13.158	1.495	7.492	34.470	151.383
Custo		2.892	104.163	28.889	13.858	22.891	3.358	18.267	34.470	228.788
Depreciação acumulada		–	(33.901)	(15.605)	(5.528)	(9.733)	(1.863)	(10.775)	–	(77.405)
Saldo em 31 de março de 2025		2.892	70.262	13.284	8.330	13.158	1.495	7.492	34.470	151.383

Para mais detalhes sobre os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, vide nota 19.

Suspensão da produção na Usina de Pelotização de São Luís

Em março de 2026, a Companhia decidiu suspender temporariamente a produção na usina de pelotização de São Luís ("Usina"), no Maranhão, em função do cenário atual de demanda por pelotas de minério de ferro. A Vale avaliará o momento de uma possível retomada plena com base nas condições de mercado.

A suspensão temporária da produção foi considerada um indicativo de *impairment* para a Usina. Consequentemente, a Companhia realizou o teste de *impairment*, que demonstrou valor recuperável superior ao respectivo valor contábil. Assim, não houve reconhecimento de perda por *impairment* em 31 de março de 2026.

No entanto, a Vale reconheceu uma provisão no valor de R\$715, relacionada a um contrato *take or pay* de fornecimento de gás natural vinculado à operação da Usina, que passou a ser considerado oneroso. Esse efeito foi registrado no resultado como "Redução ao valor recuperável e outros resultados relacionados a ativos não circulantes, líquidos".

12. Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos que exigem o descomissionamento dos ativos da Vale ao término da operação e, portanto, os gastos relacionados ao descomissionamento ocorrem após o encerramento das atividades operacionais e ao longo da vida útil das operações por meio dos fechamentos progressivos. Estas obrigações são regulamentadas no Brasil em âmbito Federal e Estadual pela ANM (Agência Nacional de Mineração) e pelos Órgãos Ambientais, respectivamente. Dentre os requerimentos, os planos de fechamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia. Dependendo das características geotécnicas das estruturas, a Companhia é obrigada a realizar a descaracterização, conforme apresentado no item a) abaixo.

Efeito no resultado

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante	12(a)	(17)	(50)	(17)	(50)
Obrigação para descomissionamento de ativos	12(b)	32	48	(9)	15
Total		15	(2)	(26)	(35)

Movimentações nas provisões durante o período

Notas	Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante (i)	Obrigação para descomissionamento de ativos	Obrigações ambientais	Consolidado	
				Total	Total
	11.536	19.921	2.445	33.902	
Saldo em 31 de dezembro de 2025					
Mudança de estimativas – efeito no resultado de operações encerradas	(17)	32	–	15	
Mudança de estimativas – valor capitalizado para plantas operacionais	–	251	(140)	111	
Desembolsos	(330)	(249)	(199)	(778)	
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	210	230	38	478	
Transferência para mantido para venda	27(b)	(559)	–	(559)	
Ajuste de conversão	–	(630)	(27)	(657)	
Saldo em 31 de março de 2026	11.399	18.996	2.117	32.512	

Notas	Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante (i)	Obrigação para descomissionamento de ativos	Obrigações ambientais	Controladora	
				Total	Total
	11.536	9.651	1.688	22.875	
Saldo em 31 de dezembro de 2025					
Mudança de estimativas – efeito no resultado de operações encerradas	(17)	(9)	–	(26)	
Mudança de estimativas – valor capitalizado para plantas operacionais	–	(12)	(1)	(13)	
Desembolsos	(330)	(158)	(76)	(564)	
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	210	173	32	415	
Saldo em 31 de março de 2026	11.399	9.645	1.643	22.687	

(i) Os fluxos de caixa dos projetos de descaracterização de barragens estão projetados para um período de até 13 anos e foram descontados por uma taxa de desconto anual em termos reais, que aumentou de 7,77% em 31 de dezembro de 2025 para 7,81% em 31 de março de 2026.

a) Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante

Em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho (nota 22) e, em atendimento às leis e regulamentos, a Companhia tomou a decisão de acelerar seu plano de descaracterizar todas as barragens e diques construídos sob o método a montante, localizados no Brasil. Essas estruturas encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, para os quais a estimativa de gastos inclui em sua metodologia o alto grau de incerteza na definição do custo total do projeto, conforme práticas de mercado

A Companhia também opera barragens de rejeitos no Canadá, incluindo barragens alteadas a montante. Contudo, a Companhia decidiu que essas barragens serão descomissionadas utilizando outros métodos, assim, a provisão para realizar o descomissionamento das barragens do Canadá está reconhecida como “Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais”, apresentada no item b) abaixo.

Operações paradas

Algumas operações foram paralisadas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Vale em relação a segurança de suas estruturas geotécnicas localizadas no Brasil. A Companhia vem registrando perdas, principalmente relacionadas aos custos fixos destas operações do segmento de Soluções de Minério de Ferro e, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, essas despesas totalizaram R\$46 (2025: R\$59). A Vale está trabalhando em medidas legais e de segurança para retomar as operações.

b) Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais

	Consolidado		Controladora		Taxa de desconto		Duração do fluxo	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Passivo por área geográfica								
Brasil	12.586	12.652	11.288	11.339	7,20%	7,17%	2163	2163
Canadá	7.098	8.184	–	–	1,78%	1,81%	2152	2152
Omã	799	843	–	–	3,70%	3,48%	2035	2035
Outras regiões	630	687	–	–	2,90%	2,75%	–	–
	21.113	22.366	11.288	11.339				
Plantas operacionais	15.162	16.297	7.236	7.267				
Plantas encerradas	5.951	6.069	4.052	4.072				
	21.113	22.366	11.288	11.339				

Garantias financeiras

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui garantias emitidas por instituições financeiras no valor de R\$5.806 (31 de dezembro de 2025: R\$6.240) para as obrigações para desmobilização de ativos de suas operações da Vale Metais Básicos. O custo financeiro dessas garantias é imaterial.

13. Intangíveis

Consolidado

	Notas	Ágio	Concessões	Software	Pesquisa e desenvolvimento	Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025		7.136	39.016	443	7	2.659	49.261
Adições		–	90	53	–	–	143
Baixas		–	(1)	–	(1)	–	(2)
Amortização		–	(383)	(55)	–	(92)	(530)
Transferências		–	–	–	–	–	–
Ajuste de conversão		–	–	(3)	–	–	(3)
Saldo em 31 de março de 2026		7.136	38.722	438	6	2.567	48.869
Custo		7.136	49.966	3.616	6	2.750	63.474
Amortização acumulada		–	(11.244)	(3.178)	–	(183)	(14.605)
Saldo em 31 de março de 2026		7.136	38.722	438	6	2.567	48.869
Saldo em 31 de dezembro de 2024		18.811	42.991	519	2.784	–	65.105
Adições		–	430	48	–	–	478
Baixas		–	(8)	–	–	–	(8)
Amortização		–	(433)	(65)	–	–	(498)
Redução ao valor recuperável de ativos		(674)	–	–	–	–	(674)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	27(a)	(752)	(4.419)	–	(21)	–	(5.192)
Ajuste de conversão		(739)	–	(6)	–	–	(745)
Saldo em 31 de março de 2025		16.646	38.561	496	2.763	–	58.466
Custo		16.646	48.436	3.519	2.763	–	71.364
Amortização acumulada		–	(9.875)	(3.023)	–	–	(12.898)
Saldo em 31 de março de 2025		16.646	38.561	496	2.763	–	58.466

Controladora

		Concessões	Software	Pesquisa e desenvolvimento	Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025		39.016	370	–	2.659	42.045
Adições		90	38	–	–	128
Baixas		(1)	–	–	–	(1)
Amortização		(383)	(46)	–	(92)	(521)
Transferências		–	–	–	–	–
Saldo em 31 de março de 2026		38.722	362	–	2.567	41.651
Custo		49.966	2.154	–	2.750	54.870
Amortização acumulada		(11.244)	(1.792)	–	(183)	(13.219)
Saldo em 31 de março de 2026		38.722	362	–	2.567	41.651
Saldo em 31 de dezembro de 2024		38.509	430	2.754	–	41.693
Adições		418	38	–	–	456
Baixas		(9)	–	–	–	(9)
Amortização		(357)	(45)	–	–	(402)
Saldo em 31 de março de 2025		38.561	423	2.754	–	41.738
Custo		48.436	2.030	2.754	–	53.220
Amortização acumulada		(9.875)	(1.607)	–	–	(11.482)
Saldo em 31 de março de 2025		38.561	423	2.754	–	41.738

14. Concessões de ferrovias

Passivos relacionados as outorgas da concessão

As operações integradas da Companhia abrangem as concessões ferroviárias da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") e Estrada de Ferro de Carajás ("EFC"). A ferrovia EFVM conecta as minas do Sistema Sudeste na região do Quadrilátero Ferrífero, no estado brasileiro de Minas Gerais, ao porto de Tubarão, em Vitória, Espírito Santo. A ferrovia EFC liga as minas do Sistema Norte na região de Carajás, no Pará, ao terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Os passivos relacionados a estas concessões ferroviárias estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Taxa de desconto		Prazo remanescente das obrigações	
	31 de dezembro de 2025	Mudança de estimativas	Atualizações monetárias e ajuste ao valor presente	Desembolsos	31 de março de 2026	31 de março de 2026		31 de dezembro de 2025
Obrigação de pagar	7.379	(16)	157	(83)	7.437	7,59% - 11,04%	7,49% - 11,04%	32 anos
Investimentos em infraestrutura	5.793	97	106	(424)	5.572	7,24% - 7,93%	7,15% - 9,10%	7 anos
	13.172	81	263	(507)	13.009			
Passivo circulante	3.138				3.215			
Passivo não circulante	10.034				9.794			
Passivo	13.172				13.009			

Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões de operação da EFC e da EFVM por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Posteriormente, em janeiro de 2024, atendendo uma requisição do Ministério dos Transportes ("MT"), a Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a União Federal, voltaram a discutir as condições gerais dos contratos de concessão e, em 30 de dezembro de 2024, estabeleceram as bases gerais para uma repactuação dos contratos de concessão celebrado em dezembro de 2020, com o objetivo de promover a modernização e atualização dos contratos vigentes. Este processo foi sujeito à avaliação e anuência das autoridades competentes e sua conformação se daria por meio de uma solução consensual debatida com os órgãos envolvidos junto ao Tribunal de Contas da União. Entretanto, em 28 de agosto de 2025, no contexto da solução consensual conduzida pelo Tribunal de Contas da União, não foi possível alcançar consenso entre as partes dentro do prazo estipulado.

Em 16 de abril de 2026 (evento subsequente), o Conselho de Administração da Vale aprovou a continuidade das negociações relativas à otimização dos contratos de concessão da EFC e da EFVM, junto ao MT, a ANTT e a Infra S.A., no âmbito de suas respectivas competências legais. Os potenciais impactos contábeis, se houver, serão reconhecidos no período em que um acordo for assinado.

Apesar das discussões em andamento, os contratos de concessão permanecem vigentes, a Companhia mantém-se adimplente em relação às obrigações estabelecidas e segue comprometida com os termos gerais definidos no acordo celebrado em 30 de dezembro de 2024. A Vale entende que as provisões registradas continuam adequadas para o cumprimento das obrigações relacionadas aos contratos de concessão vigentes.

Gestão financeira



15. Resultado financeiro

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado	
		2026	2025
Receitas financeiras			
Aplicações financeiras		580	574
Outras		94	104
		674	678
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	21	(1.361)	(1.294)
Despesas com prêmio na recompra de debêntures participativas e bonds	21 e 20(b)	-	(254)
Juros sobre transações de capital de giro	7 e 9	(338)	(276)
Juros sobre outros passivos financeiros	5(e), 19 e 20(a)	(199)	(151)
Pis e Cofins sobre receita financeira		(63)	(92)
Outras		(238)	(163)
		(2.199)	(2.230)
Outros itens financeiros, líquidos			
Perdas cambiais e monetárias, líquidas		(847)	(2.048)
Debêntures participativas	20(b)	(1.236)	225
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	17	3.819	4.557
		1.736	2.734
Total		211	1.182

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Ativos e passivos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Consolidado

Ativos financeiros	Notas	31 de março de 2026				31 de dezembro de 2025			
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa (i)		26.540	–	–	26.540	40.563	–	–	40.563
Aplicações financeiras de curto prazo (ii)		–	–	1.012	1.012	–	–	1.066	1.066
Instrumentos financeiros derivativos	17	–	–	4.599	4.599	–	–	2.278	2.278
Contas a receber	7	1.548	–	10.985	12.533	886	–	11.753	12.639
		28.088	–	16.596	44.684	41.449	–	15.097	56.546
Não circulante									
Depósitos judiciais	24(c)	3.114	–	–	3.114	3.580	–	–	3.580
Caixa restrito	20	52	–	–	52	50	–	–	50
Instrumentos financeiros derivativos	17	–	–	1.965	1.965	–	–	1.115	1.115
Investimentos em ações	20	–	359	–	359	–	347	–	347
		3.166	359	1.965	5.490	3.630	347	1.115	5.092
Total dos ativos financeiros		31.254	359	18.561	50.174	45.079	347	16.212	61.638
Passivos financeiros									
Circulante									
Fornecedores e outras contas a pagar	9	28.657	–	–	28.657	30.621	–	–	30.621
Instrumentos financeiros derivativos	17	–	–	618	618	–	–	514	514
Empréstimos e financiamentos	18	3.117	–	–	3.117	2.847	–	–	2.847
Arrendamentos	19	837	–	–	837	884	–	–	884
Títulos subordinados	20(a)	21	–	–	21	22	–	–	22
Concessão de ferrovias	14	3.215	–	–	3.215	3.138	–	–	3.138
Outros passivos financeiros - Partes relacionadas	29	1.190	–	–	1.190	1.293	–	–	1.293
Outros passivos financeiros	20	1.514	–	–	1.514	1.774	–	–	1.774
		38.551	–	618	39.169	40.579	–	514	41.093
Não circulante									
Instrumentos financeiros derivativos	17	–	–	156	156	–	–	287	287
Empréstimos e financiamentos	18	91.856	–	–	91.856	96.932	–	–	96.932
Arrendamentos	19	2.510	–	–	2.510	2.794	–	–	2.794
Títulos subordinados	20(a)	3.870	–	–	3.870	4.079	–	–	4.079
Debêntures participativas	20(b)	–	–	13.638	13.638	–	–	12.403	12.403
Concessão de ferrovias	14	9.794	–	–	9.794	10.034	–	–	10.034
Outros passivos financeiros	20	–	–	80	80	–	–	1	1
		108.030	–	13.874	121.904	113.839	–	12.691	126.530
Total dos passivos financeiros		146.581	–	14.492	161.073	154.418	–	13.205	167.623

(i) Inclui R\$8.956 (2025: R\$13.923) denominados em R\$, R\$15.903 (2025: R\$25.378) denominados em US\$ e R\$1.681 (2025: R\$1.262) denominados em outras moedas.

(ii) Compreende substancialmente investimentos em títulos de dívida e aplicações em fundo de investimento exclusivo, cuja carteira é composta por operações compromissadas e certificados de depósito bancário ("CDB").

b) Hierarquia do valor justo

Consolidado							
	Notas	31 de março de 2026			31 de dezembro de 2025		
		Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras de curto prazo		172	840	1.012	180	886	1.066
Instrumentos financeiros derivativos	17	–	6.564	6.564	–	3.393	3.393
Contas a receber	7	–	10.985	10.985	–	11.753	11.753
Investimentos em ações	20	–	359	359	–	347	347
		172	18.748	18.920	180	16.379	16.559
Passivos financeiros							
Instrumentos financeiros derivativos	17	–	774	774	–	801	801
Debêntures participativas	20(a)	–	13.638	13.638	–	12.403	12.403
Outras obrigações financeiras	20	–	80	80	–	1	1
		–	14.492	14.492	–	13.205	13.205

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 de hierarquia do valor justo durante os períodos apresentados.

c) Valor justo dos empréstimos, financiamentos e títulos subordinados

Os empréstimos, financiamentos e os títulos subordinados são mensurados ao custo amortizado. Para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercado secundário, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento na data base das demonstrações financeiras intermediárias. O valor contábil dos demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado representa uma aproximação razoável do seu respectivo valor justo.

Consolidado					
		31 de março de 2026		31 de dezembro de 2025	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Bonds		40.344	40.973	42.273	44.209
Debêntures		13.295	13.241	13.043	12.938
Total dos empréstimos e financiamentos		53.639	54.214	55.316	57.147
Títulos subordinados		3.891	3.823	4.101	4.113

17. Gestão de riscos financeiros e de capital

Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial

Consolidado					
		31 de março de 2026		31 de dezembro de 2025	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Risco de câmbio e taxa de juros		4.552	493	3.234	729
Risco de preços de produtos		2.012	271	159	72
Derivativos embutidos		–	10	–	–
Total		6.564	774	3.393	801

Exposição líquida

Consolidado			
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Risco de câmbio e taxa de juros (i)		4.059	2.505
Risco de preços de produtos		1.741	87
Derivativos embutidos		(10)	–
Total		5.790	2.592

(i) Inclui uma posição ativa de R\$2.322 e R\$988 em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, respectivamente, relacionada a proteção das oscilações de câmbio e juros nos empréstimos, financiamentos e provisões relacionadas a Brumadinho e Samarco.

Efeitos dos derivativos na demonstração do resultado

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	Ganho (perda) reconhecido no resultado	
	2026	2025
Risco de câmbio e taxa de juros	1.923	4.556
Risco de preços de produtos	1.906	–
Derivativos embutidos	(10)	1
Total	3.819	4.557

Efeitos dos derivativos na demonstração dos fluxos de caixa

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	Liquidação financeira entradas (saídas)	
	2026	2025
Risco de câmbio e taxa de juros	372	827
Risco de preços de produtos	241	(56)
Total	613	771

a) Risco de mercado

a.i) Programas de proteção de câmbio e juros

Fluxo	Valor nominal (em US\$ milhões)			Valor justo 31 de dezembro de 2025	Valor justo por ano		
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026		2027	2028	2029+
Derivativos de câmbio e juros	US\$ 9.099	US\$ 9.201	4.059	2.505	2.138	718	1.203

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Desvalorização do R\$	4.059	(2.948)	(10.008)
Queda do cupom cambial	4.059	3.225	2.251
Alta da taxa pré em R\$	4.059	2.014	339
Queda da TJLP	4.059	4.059	4.059
Queda do IPCA	4.059	3.018	2.057
Queda da SOFR US\$	4.059	3.946	3.831

a.ii) Programa de proteção de preços de produtos e custos de insumos

Fluxo	Valor nominal			Valor justo 31 de dezembro de 2025	Valor justo por ano		
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026		2027	2028	2029+
Petróleo do tipo Brent (bbl)							
Opções	17.798.874	22.224.999	1.655	(27)	1.655	–	–
Frete marítimo (dias)							
Termo Frete	840	2.070	40	82	40	–	–
Proteção para vendas a preço fixo (ton)							
Termo de Níquel	24.220	3.557	46	29	44	2	–
Proteção para vendas a preço fixo (ton)							
Termo de Cobre	40	26	–	3	–	–	–

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Petróleo do tipo Brent (bbi)	Queda do preço do óleo combustível	1.655	219	(935)
Frete marítimo (dias)	Queda do preço do frete	40	11	(19)
Proteção para vendas de níquel a preço fixo (ton)	Queda do preço do níquel	46	(129)	(403)
Proteção para vendas de cobalto a preço fixo (ton)	Queda do preço do cobalto	-	(3)	(6)

a.iii) Derivativos embutidos em contratos

Fluxo	Valor nominal		Valor justo		Valor justo por ano		
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	2027	2028	2029+
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)							
Opção de compra	746.667	746.667	(10)	-	-	(1)	(9)

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)				
Derivativo embutido - Compra de gás	Alta do preço da pelota	(10)	(29)	(63)

a.iv) Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	2026	2025
Hedge de investimento líquido	722	1.020

b) Gestão de risco de crédito

b.i) Ratings das contrapartes financeiras

As operações de instrumentos financeiros derivativos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo são realizadas com instituições financeiras cujos limites de exposição são revistos periodicamente e aprovados por alçada competente. O risco de crédito das instituições financeiras é avaliado por meio de metodologia que considera, dentre outras informações, os ratings divulgados pelas agências internacionais de classificação.

O quadro a seguir apresenta os ratings em moeda estrangeira publicados pela *Moody's* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia contrata operações de derivativos, caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado			
	31 de março de 2026		31 de dezembro de 2025	
	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	Derivativos	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	Derivativos
Aa2	3.850	179	3.969	3
A1	9.500	2.266	16.056	933
A2	8	61	4	1
A3	5.997	995	7.370	336
Baa1	6	-	2	-
Baa2	41	-	13	-
Baa3	167	-	299	-
Ba1 (i)	4.077	1.418	9.120	1.088
Ba2 (i)	3.906	1.645	4.796	1.032
	27.552	6.564	41.629	3.393

(i) Parte substancial dos saldos é com instituições financeiras no Brasil e, em moeda local, são consideradas *investment grade*.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

A Companhia realiza a gestão de seu caixa de forma consolidada, tendo capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo.

18. Empréstimos e financiamentos

a) Saldo dos empréstimos e financiamentos por tipo e moeda

	Taxa de juros média (i)	Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo não circulante	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Cotados no mercado secundário:					
<i>US\$ Bonds</i>	6,06%	–	–	39.705	41.859
<i>R\$ Debêntures</i>	7,34%	228	313	12.726	12.581
Contratos de dívida no Brasil em:					
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	10,18%	239	240	432	490
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a SOFR		–	–	–	825
Contratos de dívida no mercado internacional em:					
US\$, com juros variáveis e fixos	5,09%	1.304	1.128	36.197	38.207
Outras moedas, com juros fixos	5,77%	63	66	169	236
Outras moedas, com juros variáveis	2,76%	25	27	2.627	2.734
Encargos incorridos		1.258	1.073	–	–
Total		3.117	2.847	91.856	96.932

	Taxa de juros média (i)	Controladora			
		Passivo circulante		Passivo não circulante	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Cotados no mercado secundário:					
<i>US\$, Bonds</i>	5,66%	–	–	2.564	2.703
<i>R\$, Debêntures</i>	7,34%	230	313	12.726	12.581
Contratos de dívida no Brasil em (ii):					
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	10,18%	240	241	431	490
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a SOFR		–	–	–	825
Contratos de dívida no mercado internacional em:					
US\$, com juros variáveis e fixos	5,13%	261	26	20.016	18.535
Encargos incorridos		459	380	–	–
Total		1.190	960	35.737	35.134

(i) Para determinar a taxa de juros média dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou a taxa aplicada em 31 de março de 2026.

(ii) A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa de toda a dívida contratada no Brasil, resultando em um custo médio de 2,4% a.a. em US\$.

A reconciliação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento está apresentada na nota 21.

b) Fluxos de pagamentos futuros de principal e juros dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	Principal	Fluxo estimado de pagamento de juros (i)	Principal	Fluxo estimado de pagamento de juros (i)
2026	1.447	4.199	364	1.661
2027	4.422	5.075	4.070	1.936
2028	4.585	4.874	4.493	1.744
2029	18.047	4.695	4.562	1.530
Entre 2030 e 2032	23.353	9.782	8.983	3.441
2033 em diante	41.861	20.524	13.996	4.026
Total	93.715	49.149	36.468	14.338

(i) Com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de março de 2026 e considerando que os pagamentos de principal serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de juros ainda não provisionados e os juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Covenants

Os principais *covenants* financeiros da Companhia obrigam a manter certos índices, como o índice de alavancagem e de cobertura de juros. A Vale também está sujeita a *covenants* não financeiros usualmente praticados no mercado, tais como o cumprimento de certos padrões de governança e ambientais, entre outros.

Os *covenants* são apurados ao final de cada exercício social e não há indicativos de que a Companhia terá dificuldades de cumprir com esses *covenants* na próxima data de mensuração, que será em 31 de dezembro de 2026.

19. Arrendamentos

a) Ativo de direito de uso

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2025	Adições e alterações contratuais	Depreciação	Ajuste de conversão	31 de março de 2026
Portos	144	45	(75)	(5)	109
Embarcações	1.901	(3)	(79)	(96)	1.723
Plantas de pelotização	497	(58)	(41)	–	398
Imóveis	455	(2)	(22)	(6)	425
Plantas de energia	114	–	(14)	(7)	93
Outros	229	15	(24)	4	224
Total	3.340	(3)	(255)	(110)	2.972

b) Passivo de arrendamento

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2025	Adições e alterações contratuais	Desembolsos (i)	Juros	Transferência para mantido para venda (nota 27b)	Ajuste de conversão	31 de março de 2026
Portos	170	45	(18)	1	–	(50)	148
Embarcações	1.926	(3)	(93)	15	–	(98)	1.747
Plantas de pelotização	531	(58)	(10)	6	–	–	469
Imóveis	535	(2)	(32)	5	–	46	552
Plantas de energia	239	–	(17)	5	–	(71)	156
Outros	277	15	(16)	5	(22)	16	275
Total	3.678	(3)	(186)	37	(22)	(157)	3.347
Passivo circulante	884	–	–	–	–	–	837
Passivo não circulante	2.794	–	–	–	–	–	2.510
Total	3.678	–	–	–	–	–	3.347

(i) O valor total dos pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos diretamente no resultado, foi de R\$186 no período de três meses findo em 31 de março de 2026 (R\$47 no período de três meses findo em 31 de março de 2025).

Pagamentos mínimos anuais e prazo de arrendamento remanescente

A tabela a seguir apresenta os valores das obrigações relacionadas aos contratos de arrendamento, não descontados a valor presente e por ano de vencimento. O passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial é mensurado ao valor presente destas obrigações.

Consolidado

	2026	2027	2028	2029	2030 e subsequente	Total	Prazo remanescente (anos)	Taxa de desconto
Portos	42	5	5	5	84	141	1 a 17	4% a 5%
Embarcações	277	365	308	261	720	1.931	1 a 7	3% a 4%
Plantas de pelotização	172	125	110	31	115	553	1 a 7	2% a 5%
Imóveis	84	110	104	78	167	543	1 a 13	2% a 6%
Plantas de energia	21	26	26	26	146	245	1 a 4	5%
Outros	78	78	63	31	16	266	1 a 4	3% a 6%
Total	674	709	616	432	1.248	3.679		

20. Outros ativos e passivos financeiros

Consolidado

	Notas	Circulante		Não circulante	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Outros ativos financeiros					
Caixa restrito		–	–	52	50
Instrumentos financeiros derivativos	16	4.599	2.278	1.965	1.115
Investimentos em ações		–	–	359	347
Empréstimos - Partes relacionadas	29(b)	235	239	1.262	1.125
		4.834	2.517	3.638	2.637
Outros passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	16	618	514	156	287
Títulos subordinados	20(a)	21	22	3.870	4.079
Debêntures participativas	20(b)	–	–	13.638	12.403
Outros passivos financeiros - Partes relacionadas	29(b)	1.190	1.293	–	–
Outros		1.514	1.774	80	1
		3.343	3.603	17.744	16.770

Controladora

	Notas	Circulante		Não circulante	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Outros ativos financeiros					
Caixa restrito		–	–	33	30
Instrumentos financeiros derivativos	16	1.653	1.425	1.875	1.073
Investimentos em ações		–	–	125	127
		1.653	1.425	2.033	1.230
Outros passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	16	316	383	139	208
Pré-pagamentos de exportação - Partes relacionadas	29(b)	18.816	24.302	42.877	41.213
Debêntures participativas	20(a)	–	–	13.638	12.403
Outros passivos financeiros - Partes relacionadas	29(b)	2.155	2.285	–	–
Outros		46	–	80	1
		21.333	26.970	56.734	53.825

a) Títulos subordinados

Estes títulos possuem vencimento em 2056 e têm prioridade de pagamento apenas em relação ao capital social, sendo subordinados a todas as obrigações financeiras ou não financeiras da Vale.

A remuneração ocorre por meio de juros semestrais à taxa inicial de 6% ao ano. No entanto, a Companhia detém o direito de diferir o pagamento desses juros até o vencimento do principal, condicionado a eventos sob seu controle.

Em fevereiro de 2026, a Companhia realizou o pagamento de remuneração desses títulos subordinados no montante de R\$59.

b) Debêntures participativas

O impacto das debêntures participativas no resultado financeiro está apresentado na nota 15, e o preço médio ponderado das negociações no mercado secundário do último mês de cada período está apresentado abaixo:

Período de três meses findo em 31 de março de	Preço médio (R\$)	
	2026	2025
Debêntures Participativas	45,59	34,73

Em 1º de abril de 2026 (evento subsequente), a Companhia disponibilizou para saque a título de remuneração para seus debenturistas um montante de R\$700 relativo ao segundo semestre de 2025 (2025: R\$760, relativo ao segundo semestre de 2024).

21. Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Reconciliação dos fluxos de caixa decorrentes dos passivos provenientes das atividades de financiamento

	Consolidado					
	Cotados no mercado secundário	Outros contratos de dívida no Brasil	Outros contratos de dívida no mercado internacional	Total empréstimos e financiamentos	Títulos subordinados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	55.316	1.570	42.893	99.779	4.101	103.880
Adições	–	–	5.016	5.016	–	5.016
Pagamentos	(112)	(844)	(4.908)	(5.864)	–	(5.864)
Juros pagos (i)	(366)	(34)	(676)	(1.076)	(59)	(1.135)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(478)	(878)	(568)	(1.924)	(59)	(1.983)
Efeito de taxa de câmbio	(2.049)	(29)	(2.256)	(4.334)	(210)	(4.544)
Juros provisionados	848	11	593	1.452	59	1.511
Variação não caixa	(1.201)	(18)	(1.663)	(2.882)	(151)	(3.033)
Saldo em 31 de março de 2026	53.637	674	40.662	94.973	3.891	98.864
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.879	2.088	36.631	91.598	–	91.598
Adições	4.324	–	5.025	9.349	–	9.349
Pagamentos	(2.014)	(63)	(3.405)	(5.482)	–	(5.482)
Juros pagos (i)	(684)	(24)	(705)	(1.413)	–	(1.413)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.626	(87)	915	2.454	–	2.454
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	(1.206)	(170)	–	(1.376)	–	(1.376)
Efeito de taxa de câmbio	(3.058)	(71)	(2.651)	(5.780)	–	(5.780)
Juros provisionados	1.093	19	505	1.617	–	1.617
Variação não caixa	(3.171)	(222)	(2.146)	(5.539)	–	(5.539)
Saldo em 31 de março de 2025	51.334	1.779	35.400	88.513	–	88.513

(i) Classificados como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

Adições em 2026

- No primeiro trimestre de 2026, a Companhia captou empréstimos no valor de R\$5.016 (US\$962 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2027 e 2031.

Pagamentos em 2026


- No primeiro trimestre de 2026, a Companhia amortizou empréstimos no valor de R\$5.864 (US\$1.117 milhões).

Adições em 2025

- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de R\$5.025 (US\$861 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2026 e 2029, e (ii) emitiu *bonds* no valor de R\$4.324 (US\$750 milhões) com cupom de 6,40% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054.

Pagamentos em 2025

- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia amortizou empréstimos no valor de R\$862 (US\$150 milhões) e resgatou *bonds* com vencimentos em 2034, 2036 e 2039 no valor total de R\$1.890 (US\$329 milhões), pagando prêmio de R\$254 (US\$44 milhões), que foi registrado como "despesas financeiras" no resultado do período.



Provisões,
contingências
e outros
compromissos

22. Rompimento da barragem de Brumadinho

Em janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos (“Barragem I”) rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando danos ao meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, incluindo duas mulheres grávidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Como consequência do rompimento da barragem, a Companhia possui provisões para atender às obrigações assumidas, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade. Adicionalmente, a Companhia incorreu em gastos que foram reconhecidos diretamente no resultado, tais como: manejo de rejeitos, serviços de comunicação, assistência humanitária, folha de pagamento, serviços jurídicos, abastecimento de água, entre outros.

Efeito no resultado

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	2026	2025
Acordo Judicial para Reparação Integral	(54)	(145)
Outras obrigações	26	369
Gastos reconhecidos diretamente no resultado	973	419
Seguro recebido	(589)	(31)
Rompimento da barragem de Brumadinho	356	612

Movimentações na provisão durante o período

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2025	Mudança de estimativas	Atualização monetária e ajuste ao valor presente	Desembolsos	31 de março de 2026
Acordo Judicial para Reparação Integral					
Obrigações de pagamento	1.040	(3)	17	–	1.054
Provisão para reparação socioeconômica e outros	1.745	(14)	55	(105)	1.681
Provisão para reparação e compensação socioambiental	2.836	(37)	84	(137)	2.746
	5.621	(54)	156	(242)	5.481
Outras obrigações					
Contenção de rejeitos, segurança geotécnica e compensação socioambiental	2.981	17	78	(164)	2.912
Indenização individual	413	8	14	(61)	374
Outros	1.498	1	53	(96)	1.456
	4.892	26	145	(321)	4.742
Passivo	10.513	(28)	301	(563)	10.223

Os fluxos de caixa das obrigações estão projetados por um período médio de 5 a 7 anos e foram descontados por uma taxa de desconto em termos reais, que variou de 8,07% em 31 de dezembro de 2025 para 7,80% em 31 de março de 2026.

Acordo Judicial para Reparação Integral

Em 4 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral (“Acordo”), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. Com o Acordo, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos e difusos contidos nas ações civis públicas movidas contra a Companhia foram substancialmente resolvidos.

O Acordo é segmentado entre: (i) obrigações a pagar diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, com o objetivo de executar projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental; (ii) projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e outros 25 municípios da Bacia do Rio Paraopeba; e (iii) plano de reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Estas obrigações estão projetadas por um período médio de 5 anos.

Adicionalmente, o Acordo endereça os danos socioeconômicos difusos e coletivos decorrentes do rompimento, ficando excetuados os danos supervenientes, os individuais e os individuais homogêneos de natureza divisível, conforme os pedidos das ações judiciais não extintos pelo Acordo.

Para as obrigações elencadas nos itens (i) e (ii), os valores estão definidos no Acordo. Para a recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Companhia de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, os montantes provisionados estão sujeitos a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Companhia.

Outras obrigações

A Companhia também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU").

Principais passivos contingentes

Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - American Depositary Receipts ("ADRs") - de emissão da Vale.

Em agosto de 2024 foi realizada uma audiência com o Juiz do caso para apreciação do pedido da Vale de não-certificação da classe ("*motion for class decertification*") e sustentação oral sobre exclusão de alguns dos pareceres dos peritos. Em março de 2026, o pedido de não certificação da classe foi negado. No momento, aguarda-se uma decisão do Juízo sobre o pedido de exclusão dos pareceres técnicos.

Em novembro de 2021, uma nova Reclamação ("*Complaint*") foi distribuída por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as alegações, em sua maioria, semelhantes às apresentadas na ação coletiva principal. Em março de 2026, a Corte aceitou o pedido da Vale e rejeitou a parte das solicitações feitas por esses fundos de investimento que não estava alinhada ao que foi pedido na ação coletiva principal.

A expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessas ações, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda e os Autores também não especificaram valores dos prejuízos alegados nas respectivas demandas.

Arbitragens no Brasil movidas por acionistas, uma associação de classe e fundos de investimento estrangeiros

No Brasil, a Vale está se defendendo em quatro procedimentos arbitrais, nos quais os requerentes pleiteiam compensação por alegados danos decorrentes da desvalorização das ações da Companhia. As demandas têm como fundamento a alegação de que a Companhia estaria ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem de Brumadinho e teria falhado em seu dever de divulgar tais riscos aos acionistas.

Os quatro procedimentos em andamento estão apresentados a seguir:

- Arbitragem movida por pessoas jurídicas estrangeiras, cujos requerentes estimaram perdas de aproximadamente R\$1.800, acrescidas de juros e correção monetária.
- Arbitragem também movida por pessoas jurídicas estrangeiras, cujo valor estimado foi de aproximadamente R\$3.900, sujeito a juros e correção monetária.

- Procedimento ajuizado por 385 acionistas minoritários, o valor atribuído à causa foi de R\$3.000, referente a um único evento, sujeito a juros e correção monetária, podendo ser posteriormente majorado conforme alegado pelos requerentes.
- Arbitragem movida por pessoas jurídicas estrangeiras, sem valor estimado pelos requerentes.

A Companhia contesta todos os procedimentos em curso e classifica a expectativa de perda como possível. Entende, contudo, que a probabilidade de perda nos montantes requeridos é remota, em razão dos critérios utilizados pelos requerentes em suas estimativas. Considerando a fase inicial das arbitragens e a ausência de detalhamento dos pedidos e das causas de pedir, não é possível, neste momento, estimar com confiabilidade o valor de uma eventual perda.

23. Passivos relacionados à participação em coligadas e *joint ventures*

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos do Fundão em Mariana, Minas Gerais, de propriedade da Samarco Mineração S.A. ("Samarco") se rompeu, inundando determinadas comunidades e causando impactos nas comunidades e no meio ambiente ao longo do Rio Doce. O rompimento resultou em 19 mortes e causou danos materiais e ambientais às áreas afetadas. A Samarco é uma *joint venture* com participação societária igualmente dividida entre Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHPB").

Assim, Vale, Samarco e BHPB firmaram acordos com a União Federal, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, algumas outras autarquias federais e estaduais, estabelecendo a criação de programas socioambientais e socioeconômicos visando a adoção de medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos. No entanto, as medidas reparatórias previstas nos acordos não puderam ser integralmente implementadas durante o período estabelecido e as partes envolvidas iniciaram novas negociações, buscando um acordo definitivo para o cumprimento de todas as obrigações relacionadas ao rompimento da barragem.

a) Movimentação da provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco

A movimentação da provisão está apresentada a seguir:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.379
Mudança de estimativas	102
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	270
Desembolsos	(675)
Saldo em 31 de março de 2026	14.076

Os fluxos de caixa das obrigações foram descontados por uma taxa de desconto anual em termos reais de 7,66% em 31 de março de 2026 (7,66% em 31 de dezembro de 2025).

b) Acordo Definitivo para Reparação Integral

Em outubro de 2024, Vale, Samarco e BHPB, em conjunto com o Governo Federal do Brasil, os Governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, os Ministérios Públicos Federal e Estaduais e Defensorias Públicas Estaduais e da União, e demais entidades públicas brasileiras (em conjunto, "as Partes") assinaram um acordo para a reparação integral e definitiva dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais ("Acordo Definitivo"), o qual foi homologado em novembro de 2024.

O Acordo Definitivo, estimado em R\$170 bilhões, substituiu todos os acordos anteriormente firmados e contempla tanto desembolsos realizados antes de sua homologação quanto novos compromissos financeiros, que serão pagos ao longo de 20 anos em ações de remediação e compensação. Além disso, prevê iniciativas a serem implementadas pela Samarco, com desembolsos estimados para ocorrer nos três anos seguintes à homologação.

A Samarco tem responsabilidade primária pelas obrigações, enquanto Vale e BHPB possuem responsabilidade subsidiária, na proporção de sua participação acionária de 50% cada, caso a Samarco não consiga cumprir com tais obrigações. A homologação judicial extinguiu diversos processos relevantes movidos no Brasil, cujo requerimento para arquivamento foi peticionado pela Vale, em conjunto com a BHPB e Samarco.

c) Processos judiciais remanescentes

Com o Acordo Definitivo, as ações civis públicas movidas pelas instituições de justiça e entes públicos signatários foram substancialmente resolvidas e os parâmetros para o cumprimento da reparação e compensação dos danos foram definidos. Assim, os processos judiciais mais relevantes remanescentes estão demonstrados a seguir:

Ações judiciais no Reino Unido e na Holanda

Em julho de 2024, a Vale e a BHP firmaram um acordo, sem qualquer admissão de responsabilidade, segundo o qual as empresas compartilharam igualmente eventual obrigação de pagamento perante os requerentes nas Reivindicações do Reino Unido e da Holanda, descritas abaixo.

Ação judicial no Reino Unido - Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, a BHP Group Limited ("BHP") é ré em uma ação perante o tribunal da Inglaterra e do País de Gales, movida por aproximadamente 610.000 autores, incluindo pessoas físicas, jurídicas e municípios do Brasil alegadamente afetados pelo rompimento da barragem da Samarco.

O procedimento foi estruturado em fases, sendo a primeira destinada à avaliação da responsabilidade, da BHP pelo rompimento da barragem de Fundão. Após o julgamento da primeira fase, realizado entre outubro de 2024 e março de 2025, a justiça Inglesa proferiu, em novembro de 2025, decisão reconhecendo a responsabilidade da BHP à luz da legislação brasileira. A decisão também confirmou a validade das renúncias e termos de quitação assinados por reclamantes já indenizados no Brasil, o que reduzirá o número de reclamantes e o valor das demandas.

Em função desta decisão, a expectativa de perda em relação a este processo passou a ser classificada como provável e a Companhia reconheceu uma provisão adicional de R\$2.450 (US\$449 milhões) no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures", que está apresentada no balanço patrimonial como parte da rubrica "Passivos relacionados à participação em coligadas e *joint ventures*" por estar associada ao rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da Samarco.

A BHP apresentou requerimento para apelação contra a decisão da primeira fase, o qual se encontra pendente de apreciação. Caso o requerimento seja aceito, espera-se que a apelação seja apreciada ainda em 2026. Um eventual recurso de apelação não suspende o andamento do processo, que seguirá para a segunda fase de julgamento, destinada à discussão e definição de temas relativos ao cabimento e à extensão dos danos. O julgamento da segunda fase terá início em abril de 2027 e término em março de 2028. Em 28 e 29 de julho de 2026, será realizada nova audiência de organização do caso para definir questões remanescentes referentes ao julgamento da segunda fase. Após, é provável ainda que o tribunal inglês defina uma terceira etapa para apuração em relação a eventuais valores de indenizações.

Ação judicial na Holanda - Uma ação judicial foi movida contra a Companhia por determinados municípios brasileiros, uma empresa e uma fundação, que representa milhares de indivíduos e algumas entidades, e que alegam ter sido afetados pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco em 2015.

Em março de 2024, o tribunal de Amsterdam concedeu uma medida cautelar, em prejulgamento, para bloquear as ações da Vale S.A. na Vale Holdings B.V., uma subsidiária integral constituída na Holanda, e os direitos econômicos relacionados a essas ações, em garantia do valor aproximado de R\$5.531 (EUR920 milhões). Em 2025, com a adesão de três municípios (Iapu, Ponte Nova e Rio Casca) ao Acordo Definitivo, estes deixaram de compor o litígio e o montante da garantia foi reduzido para aproximadamente R\$4.481 (EUR745,4 milhões). Em novembro de 2025, devido a um acordo em ação judicial no Tribunal Regional Federal, a empresa componente do polo ativo também deixou de compor o litígio.

Em outubro de 2025, a Vale apresentou sua defesa quanto à jurisdição da ação movida contra a Companhia e a primeira audiência da primeira etapa do procedimento ocorrerá no segundo semestre de 2026.

A expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessa ação, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda neste momento, podendo a estimativa ser quantificada conforme o curso do processo.

24. Processos judiciais e administrativos

A Vale é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos cíveis, tributários, ambientais e trabalhistas.

A Companhia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

As ações judiciais relacionadas ao evento de Brumadinho (nota 22) e ao rompimento da barragem da Samarco (nota 23) estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e, portanto, não estão apresentadas a seguir.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

Efeito no resultado

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado	
	2026	2025
Provisões tributárias	(65)	14
Provisões cíveis	53	95
Provisões trabalhistas	238	221
Provisões ambientais	–	1
Total	226	331

Movimentações nas provisões durante o período

	Consolidado					Total de passivos provisionados
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.196	822	3.615	105		5.738
Adições e reversões, líquido	(65)	53	238	–		226
Pagamentos	(95)	(9)	(215)	–		(319)
Atualizações monetárias	39	24	14	3		80
Saldo em 31 de março de 2026	1.075	890	3.652	108		5.725
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.245	1.790	2.989	248		6.272
Adições e reversões, líquido	14	95	221	1		331
Pagamentos	(19)	(62)	(87)	–		(168)
Atualizações monetárias	21	22	40	3		86
Transferências para mantido para venda e tributos a recolher	–	(28)	(1)	(154)		(183)
Saldo em 31 de março de 2025	1.261	1.817	3.162	98		6.338

A Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos tributários – A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados principalmente à incidência de PIS e COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e outros tributos. O contencioso tributário relacionado a tributos sobre o lucro está apresentado na nota explicativa 5(d).

Processos cíveis – Ações em que são discutidas: (i) indenizações de prejuízos, pagamentos e multas contratuais em função de desequilíbrio ou descumprimentos contratuais que são alegados por fornecedores, e (ii) ações de natureza fundiária que se referem a imóveis operacionais da Vale.

Processos trabalhistas – Ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem horas extras, danos morais, adicional de periculosidade e insalubridade.

Processos ambientais – Ações em que são discutidos danos ambientais e questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

As ações judiciais relacionadas ao evento de Brumadinho (nota 22) e ao rompimento da barragem da Samarco (nota 23) estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e, portanto, não estão apresentadas acima.

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Processos tributários	38.614	39.715
Processos cíveis	12.384	11.617
Processos trabalhistas	2.077	2.070
Processos ambientais	9.832	6.610
Total	62.907	60.012

Os desdobramentos relevantes em relação aos passivos contingentes da Companhia desde as demonstrações financeiras anuais de 2025 estão apresentados abaixo:

Processos ambientais – Extravasamento das minas Viga e Fábrica

Em janeiro de 2026, houve um extravasamento de água com sedimentos (terra) nas unidades operacionais de Fábrica e Viga, localizadas nos municípios de Ouro Preto-MG e Congonhas-MG, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento das atividades da Vale nas referidas unidades.

Em decorrência desses eventos, a Companhia é parte em quatro processos judiciais. Foram deferidas medidas liminares de caráter predominantemente preventivo, voltadas à prestação de informações e documentos técnicos, à implementação de medidas emergenciais de contenção e mitigação, ao monitoramento estrutural e ambiental e à imposição de restrições operacionais nas áreas afetadas, tendo os pedidos de bloqueio de ativos financeiros sido indeferidos, sem prejuízo do bloqueio de direitos minerários nas ações federais. Em um desses processos, foi celebrado Termo de Compromisso entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais e a Companhia, prevendo a contratação de Auditoria Técnica Independente para acompanhamento do cumprimento das obrigações liminares, com pedido de suspensão do processo por até 90 dias para implementação das medidas pactuadas, sem reconhecimento de culpa ou assunção de responsabilidade pela Vale. O pedido de suspensão do processo foi reproduzido em todas as quatro ações, o qual, atualmente, aguarda apreciação. O valor total estimado nas quatro ações é de R\$3.065 e o prognóstico de perda foi classificado como possível.

Processos cíveis – Autos de infração recebidos da Agência Nacional de Mineração (“ANM”)

Em 2026, a Vale recebeu autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), relacionados à mina de Pico em Itabirito (MG), à mina de Mar Azul em Nova Lima (MG), à mina de Gongo Soco em Barão de Cocais (MG) e ao extravasamento ocorrido na Mina de Fábrica em Congonhas (MG), para a cobrança de multa nos valores de R\$131, R\$1.170, R\$468 e R\$409, respectivamente, com base em supostas infrações previstas nas resoluções da ANM. A Companhia apresentou defesas administrativas contestando as referidas autuações, e o prognóstico de perda foi classificado como possível.

c) Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Processos tributários	2.115	2.124
Processos cíveis	464	857
Processos trabalhistas	465	531
Processos ambientais	70	68
Total	3.114	3.580

d) Garantias contratadas para processos judiciais e administrativos

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais acima, a Companhia contratou R\$19,4 bilhões (31 de dezembro de 2025: R\$19,2 bilhões) de garantias para processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais.

Estrutura de capital

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social é de R\$77.300, correspondendo a 4.439.159.764 ações escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão e cancelamento de ações ordinárias, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Acionistas	31 de março de 2026		
	Ações ordinárias	Golden shares	Total
Previ (i)	334.568.802	–	334.568.802
Mitsui&co (i)	286.347.055	–	286.347.055
Blackrock, Inc (ii)	297.783.803	–	297.783.803
Capital world investors (iii)	227.690.911	–	227.690.911
Acionistas com mais de 5% do capital total	1.146.390.571	–	1.146.390.571
Free floating	3.118.143.182	–	3.118.143.182
Golden shares (iv)	–	12	12
Total em circulação (sem ações em tesouraria)	4.264.533.753	12	4.264.533.765
Ações em tesouraria	174.625.999	–	174.625.999
Capital total	4.439.159.752	12	4.439.159.764

(i) Reflete a quantidade de ações detidas pelo acionista, conforme extrato disponibilizado pelo escriturador baseado nas informações da B3.

(ii) Reflete a quantidade de ações declaradas pela Blackrock Inc. no Schedule 13G/A, arquivado na SEC.

(iii) Reflete a quantidade de ações declaradas em 8 de janeiro de 2026 pelo próprio acionista, por meio da Declaração de Aquisição da Participação Acionária Relevante enviada à Vale e divulgada ao mercado no Comunicado à Imprensa de 12 de janeiro de 2026.

(iv) Reflete a quantidade de ações preferenciais de classe especial ("golden shares") detidas pelo Governo Federal, as quais conferem poderes de veto limitado sobre determinadas deliberações da Companhia, bem como o direito de eleger e destituir um membro para o Conselho Fiscal.

Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital, no montante de R\$500, mediante a capitalização da reserva de incentivo fiscal. A proposta de aumento de capital será submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, prevista para 30 de abril de 2026.

b) Cancelamento de ações em tesouraria

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de ações ordinárias de emissão da Vale S.A., adquiridas e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social ou do patrimônio líquido. Durante o período de três meses findos em 31 de março de 2025, não houve cancelamento de ações em tesouraria.

	Quantidade de ações canceladas	Custo histórico
Cancelamento aprovado no dia 12 de março de 2026	99.847.816	6.967
Período de três meses findo em 31 de março de 2026	99.847.816	6.967

c) Recompra de ações

Período de três meses findo em 31 de março de	Quantidade de ações recompradas		Efeito nos fluxos de caixa	
	2026	2025	2026	2025
Programa de recompra de até 120.000.000 de ações (i)				
Adquirido pela Controladora	4.980.600	-	386	-
	4.980.600	-	386	-

(i) Em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, limitado ao máximo de 120.000.000 ações ordinárias ou seus respectivos ADRs, pelo prazo de até 18 meses, iniciados a partir do encerramento do programa anteriormente vigente.

d) Remuneração deliberada aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Vale S.A., a remuneração mínima obrigatória aos acionistas deve representar 25% do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e reserva de incentivo fiscal. O valor deliberado sob a forma de Juros sobre o capital próprio ("JCP") é calculado incluindo o valor do imposto de renda de 15% retido na fonte. A remuneração aos acionistas foi determinada a partir das seguintes deliberações:

	Data de aprovação	Data do pagamento	Valor por ação (R\$)	Montante total deliberado
Dividendos referentes ao exercício de 2024	19/2/2025	14/3/2025	2,142	9.143
				9.143
Dividendos referentes ao exercício de 2025	27/11/2025	7/1/2026	1,244	5.311
Dividendos e JCP referentes ao exercício de 2025	27/11/2025	4/3/2026	2,338	9.979
				15.290

d.i) Movimentação do saldo de dividendos a pagar

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.588
Pagamentos, líquidos de impostos retidos	(14.465)
Remuneração prescrita	(12)
Saldo em 31 de março de 2026	111

Partes Relacionadas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*

	Atividade principal	% de participação	31 de dezembro de 2025	Adições e capitalizações	Resultado de participações societárias	Dividendos declarados	Ajuste de conversão de moeda	Remensuração a valor justo	Transações de capital e outros	31 de março de 2026
<i>Coligadas e joint ventures</i>										
No Brasil										
Aliança Geração de Energia S.A.	Energia	30,00	1.326	–	25	–	(69)	–	26	1.308
Aliança Norte Energia Participações S.A.	Energia	51,00	366	–	(12)	–	–	–	–	354
Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Minério de ferro	15,00	3.572	–	36	–	(184)	–	1	3.425
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,00	483	–	15	–	–	–	(1)	497
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,89	245	–	4	–	–	–	–	249
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,90	415	–	7	–	–	–	–	422
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	51,00	861	–	30	–	–	–	–	891
MRS Logística S.A.	Logística	49,01	4.421	–	38	(181)	–	–	–	4.278
Samarco Mineração S.A. (nota 23)	Pelotas	50,00	–	–	–	–	–	–	–	–
VLI S.A.	Logística	29,60	2.255	–	(5)	–	–	–	9	2.259
Outros	–	–	324	–	(22)	(1)	–	142	17	460
No exterior										
PT Vale Indonesia Tbk	Vale Metais Básicos	33,88	10.138	–	142	–	(524)	–	1	9.757
Vale Oman Distribution Center	Logística	50,00	3.268	–	31	(146)	(169)	–	–	2.984
<i>Outros resultados em coligadas e joint ventures</i>					(102)					
Total Consolidado			27.674	–	187	(328)	(946)	142	53	26.884
<i>Controladas</i>										
No Brasil										
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	Minério de ferro	100,00	642	–	(25)	–	–	–	–	617
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	Minério de ferro	100,00	886	–	24	–	–	–	123	1.033
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – Ágio	–	–	4.060	–	–	–	–	–	–	4.060
Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A.	Minério de ferro	100,00	181	20	(16)	–	–	–	–	185
Valepar – Ágio	–	–	3.073	–	–	–	–	–	–	3.073
Outros	–	–	1.246	711	(3)	(6)	–	–	9	1.957
No exterior										
Vale Holdings B.V.	Holding	100,00	95.809	–	5.077	–	(4.355)	–	188	96.719
Outros	–	–	290	–	34	–	(15)	–	–	309
Total Controladora			133.861	731	5.091	(334)	(5.316)	142	373	134.837

27. Aquisições e desinvestimentos

Efeitos na demonstração do resultado

Período de três meses findo em 31 de março de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Aliança Geração de Energia S.A.	27(a)	–	(674)	–	(674)
		–	(674)	–	(674)

a) **Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”)** – Em março de 2025, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Global Infrastructure Partners para venda de 70% de sua participação na Aliança e nos ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Como resultado, os ativos e passivos relacionados foram classificados como mantidos para venda, e a Vale reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$674 no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2025 como “Redução ao valor recuperável e outros resultados relacionados a ativos não circulantes, líquidos”.

A transação foi concluída em setembro de 2025, quando a Vale perdeu o controle sobre a Aliança, sendo a participação remanescente de 30% contabilizada como uma coligada, por meio do método da equivalência patrimonial.

b) **Operações de Thompson, Canadá (mantido para venda)** - Em janeiro de 2025, a Vale anunciou uma revisão estratégica para explorar alternativas relacionadas ao portfólio global de mineração da Vale Metais Básicos, incluindo a intenção de avaliar um possível desinvestimento em seus ativos de mineração e exploração em Thompson, no Canadá, como parte de um processo para otimizar e garantir competitividade de seu portfólio integrado de níquel.

Em fevereiro de 2026, a Companhia assinou um acordo vinculante para a constituição de uma nova empresa, em conjunto com a Exiro Minerals Corporation, a Orion Resources Partners LP e a Canada Growth Fund Inc., denominados em conjunto como “Investidores”.

Nos termos do acordo, a Vale deterá uma participação de 18,9% na nova empresa por meio do aporte dos ativos de Thompson, incluindo determinadas obrigações associadas, e um aporte de caixa de até R\$78 (US\$15 milhões). Os Investidores deterão uma participação conjunta de 81,1% na nova empresa, por meio de um aporte de até R\$963 (US\$185 milhões) em caixa.

O acordo prevê, ainda, que a Companhia poderá receber um *earn-out* de até R\$1.044 (US\$200 milhões), que seriam pagos ao longo de 20 anos, condicionados ao atingimento de determinados níveis de preço do níquel. Com base nas estimativas atuais, a Vale não espera que tais marcos sejam atingidos.

A Companhia não espera efeitos materiais decorrentes da conclusão da transação, que é esperada até o final de 2026, sujeita às aprovações regulatórias e governamentais. Após a conclusão da transação, a participação da Vale na nova empresa será contabilizada como investimento em coligada, sendo subsequentemente mensurada pelo método de equivalência patrimonial, em função da influência significativa que a Companhia exercerá sobre a investida.

Como resultado da assinatura do referido acordo, a Vale classificou os ativos que serão contribuídos e os passivos que serão transferidos como mantidos para venda, conforme demonstrado a seguir.

	31 de março de 2026
Ativos	
Estoque	138
Total do ativo (i)	138
Passivos	
Provisão para descomissionamento de ativos (ii)	559
Arrendamentos	22
Benefícios a empregados	149
Total do passivo	730

(i) O valor contábil do ativo imobilizado está integralmente provisionado por *impairment* desde 2024.

(ii) Apesar de o acordo prever a transferência das obrigações de descomissionamento dos ativos operacionais de Thompson, a Vale assumirá o compromisso de reembolsar tais obrigações até o limite de R\$1.496 (CAD400 milhões). Conseqüentemente, ao desconhecer o passivo atualmente estimado em R\$559 no fechamento da transação, a Companhia registrará um novo passivo de igual valor, relativo à obrigação de reembolso e que está dentro do limite estabelecido no acordo.

28. Benefícios a empregados

	Notas	Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo não circulante	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Salários, encargos sociais e outras remunerações		3.178	5.580	–	–
Encargos relacionados aos pagamentos baseados em ações	28(a)	23	280	–	–
Obrigações com benefícios de aposentadoria	28(b)	373	374	6.264	6.680
		3.574	6.234	6.264	6.680

a) Pagamentos baseados em ações

A Companhia possui programas de incentivo de longo prazo que incluem o Programa *Matching* e o Programa de Ações Virtuais (“PAV”) para os executivos elegíveis, cujo objetivo é incentivar a permanência dos empregados e estimular o desempenho. O valor justo dos programas é reconhecido em base linear no resultado, com contrapartida no patrimônio líquido durante o período de serviço exigido de três anos, líquido das perdas estimadas.

Programa *Matching*

O valor justo do programa *Matching* foi estimado utilizando o preço da ação e ADR da Companhia e a quantidade de ações concedidas na data da outorga. Os dados utilizados estão demonstrados na tabela abaixo por programa vigente no período de três meses findo em 31 de março de 2026:

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	2.453.783	2.244.659	1.330.503
Preço da ação	57,69	60,05	81,82

Programa de Ações Virtuais (“PAV”)

No Programa PAV, os executivos elegíveis podem vir a receber, após um ciclo de três anos, uma premiação em ações ordinárias condicionadas ao fator de desempenho da Vale medido com base em indicadores de retorno total aos acionistas (“TSR”), ROIC e Ambiental, Social e Governança (“ESG”).

O valor justo do programa PAV foi mensurado estimando-se o fator de desempenho utilizando simulações de Monte Carlo para o Indicador de retorno aos acionistas e indicadores de saúde e segurança e de sustentabilidade. As premissas utilizadas para as simulações de Monte Carlo estão demonstradas na tabela abaixo bem como o resultado utilizado para o cálculo do valor esperado do fator de desempenho total.

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	1.973.979	1.873.175	1.177.755
Data da outorga das ações	6 de maio, 2025	29 de abril, 2024	2 de janeiro, 2023
Preço da ação	53,00	63,90	88,88
Volatilidade esperada	33,82%	35,60%	48,33%
Prazo previsto (em anos)	3	3	3
Indicador de retorno aos acionistas esperado	87,67%	66,95%	72,42%
Fator de performance esperado	107,66%	115,35%	83,72%

b) Obrigações com benefícios de aposentadoria

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Movimentação do teto do ativo		
Saldo no início do período	5.487	5.329
Receita de juros	121	575
Mudanças no teto do ativo	24	(338)
Ajuste de conversão	(83)	(79)
Saldo no final do período	5.549	5.487
Valor reconhecido no balanço patrimonial		
Valor presente das obrigações atuariais	(29.645)	(31.021)
Valor justo dos ativos	29.140	30.107
Efeito do limite do ativo (teto)	(5.549)	(5.487)
Passivos, líquidos	(6.054)	(6.401)
Ativo circulante		
Ativo não circulante	150	166
Ativo	433	487
Passivo circulante	583	653
Passivo não circulante	(373)	(374)
Passivo	(6.264)	(6.680)
Passivo	(6.637)	(7.054)

29. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são subsidiárias, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As receitas de venda referem-se principalmente à venda de minério de ferro e do direito de uso da capacidade das ferrovias. Os custos e despesas operacionais referem-se principalmente aos pagamentos variáveis dos arrendamentos das plantas de pelotização.

Compras, contas a receber, outros ativos, contas a pagar e outros passivos referem-se principalmente a valores cobrados pelas *joint ventures* e coligadas relacionadas aos arrendamentos operacionais das plantas de pelotização e serviços de transporte ferroviário.

Os efeitos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da *joint venture* Samarco Mineração S.A., estão apresentados na nota 23, e os demais efeitos associados aos investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e coligadas estão apresentados na nota 26.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Transações com partes relacionadas

Período de três meses findo em 31 de março de	Consolidado					
	2026			2025		
	Receita de vendas, líquida	Custos e outras receitas e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e outras receitas e despesas operacionais	Resultado financeiro
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	–	(165)	(46)	–	(152)	(57)
MRS Logística S.A.	–	(469)	–	–	(595)	–
Norte Energia S.A.	–	(140)	–	–	(77)	–
Vale Oman Distribution Center	–	(216)	–	–	(376)	–
VLI	415	(44)	–	395	(69)	(7)
PTVI	–	(835)	–	–	(928)	–
Anglo American	–	(375)	23	–	–	18
Aliança Geração de Energia S.A.	–	(304)	–	–	–	–
Outros	39	–	(1)	40	–	(1)
	454	(2.548)	(24)	435	(2.197)	(47)
Acionistas						
Bradesco	–	–	211	–	–	754
Mitsui	176	–	–	196	–	–
Cosan	–	–	–	38	(46)	–
Banco do Brasil	–	–	135	–	–	–
	176	–	346	234	(46)	754
Total	630	(2.548)	322	669	(2.243)	707

Período de três meses findo em 31 de março de	Controladora					
	2026			2025		
	Receita de vendas, líquida	Custos e outras receitas e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e outras receitas e despesas operacionais	Resultado financeiro
Controladas						
Vale International	22.910	32	(433)	23.639	–	(1.120)
Aliança Geração de Energia S.A.	–	–	–	–	(132)	–
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	1	(74)	–	1	(105)	–
Fundo de investimento em direitos creditórios	–	–	(76)	–	–	(93)
Outros	45	(62)	10	60	(93)	5
	22.956	(104)	(499)	23.700	(330)	(1.208)
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	–	(165)	(5)	–	(152)	(8)
MRS Logística S.A.	–	(469)	–	–	(595)	–
Norte Energia S.A.	–	(93)	–	–	(77)	–
VLI	415	(36)	–	395	(54)	(7)
Anglo American	–	(375)	–	–	–	–
Aliança Geração de Energia S.A.	–	(304)	–	–	–	–
Outros	39	–	(1)	40	–	–
	454	(1.442)	(6)	435	(878)	(15)
Acionistas						
Bradesco	–	–	210	–	–	754
Cosan	–	–	–	15	(28)	–
Banco do Brasil	–	–	135	–	–	–
	–	–	345	15	(28)	754
Total	23.410	(1.546)	(160)	24.150	(1.236)	(469)

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

b) Saldos em aberto com partes relacionadas

	Consolidado					
	Ativo					
	31 de março de 2026			31 de dezembro de 2025		
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	-	-	38	-	-	38
MRS Logística S.A.	-	-	223	-	1	49
VLI	-	336	-	-	224	-
PTVI	-	2	-	-	4	-
Anglo American	-	-	1.530	-	-	1.397
Outros	-	30	41	-	34	47
	-	368	1.832	-	263	1.531
Acionistas						
Bradesco	2.089	-	519	5.522	-	449
Banco do Brasil	852	-	184	1.024	-	50
Mitsui	-	178	-	-	271	-
	2.941	178	703	6.546	271	499
Fundo de pensão	-	156	-	-	97	-
Total	2.941	702	2.535	6.546	631	2.030

	Consolidado			
	Passivo			
	31 de março de 2026		31 de dezembro de 2025	
	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros e outros passivos	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros e outros passivos
Coligadas e Joint Ventures				
Companhias de Pelotização (i)	133	1.190	156	1.293
MRS Logística S.A.	74	-	136	-
Vale Oman Distribution Center	178	-	271	-
VLI	6	446	16	446
PTVI	297	-	319	-
Anglo American	177	-	152	-
Outros	186	-	236	1
	1.051	1.636	1.286	1.740
Acionistas				
Bradesco	-	-	-	133
	-	-	-	133
Total	1.051	1.636	1.286	1.873

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	31 de março de 2026			31 de dezembro de 2025		
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber, Instrumentos financeiros e outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber, Instrumentos financeiros e outros ativos
Controladas						
Vale International S.A.	–	1.196	–	–	12.332	–
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	–	–	76	–	–	76
Salobo Metais	–	1.166	–	–	1.156	–
Outros	–	40	54	–	27	74
	–	2.402	130	–	13.515	150
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	–	–	38	–	–	38
MRS Logística S.A.	–	–	40	–	1	3
VLI	–	336	–	–	224	–
Anglo American	–	–	32	–	–	34
Outros	–	30	41	–	34	47
	–	366	151	–	259	122
Acionistas						
Bradesco	698	–	519	2.540	–	449
Banco do Brasil	787	–	184	523	–	50
	1.485	–	703	3.063	–	499
Fundo de pensão	–	156	–	–	97	–
Total	1.485	2.924	984	3.063	13.871	771

	Controladora					
	31 de março de 2026			31 de dezembro de 2025		
	Fornecedores e empreiteiros	Pré-Pagamentos de Exportação	Instrumentos financeiros e outros passivos	Fornecedores e empreiteiros	Pré-Pagamentos de Exportação	Instrumentos financeiros e outros passivos
Controladas						
Vale International S.A.	–	61.693	5.039	–	65.515	5.296
Salobo Metais	9	–	135	9	–	135
Fundo de investimento em direitos creditórios	–	–	2.155	–	–	2.285
Outros	149	–	126	148	–	127
	158	61.693	7.455	157	65.515	7.843
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	133	–	–	156	–	–
MRS Logística S.A.	74	–	–	136	–	–
VLI	3	–	446	14	–	446
Anglo American	177	–	–	152	–	–
Outros	144	–	–	185	–	1
	531	–	446	643	–	447
Acionistas						
Bradesco	–	–	–	–	–	133
	–	–	–	–	–	133
Total	689	61.693	7.901	800	65.515	8.423

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

c) Remuneração do pessoal chave da administração

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026, a remuneração do pessoal chave da administração da Companhia foi de R\$35 (2025: R\$55).

Base de preparação e outros requerimentos

30. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais (equivalente a demonstrações financeiras intermediárias condensadas) da Companhia ("demonstrações financeiras intermediárias") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações materiais das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridos no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

O Conselho de Administração autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias no dia de 28 de abril de 2026.

a) Demonstração do Valor Adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas no Brasil é o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Vale opera ("moeda funcional"). A moeda funcional das principais controladas diretas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar americano ("US\$").

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de investidas com moeda funcional diferente da moeda funcional da Vale S.A. foram:

	Taxa final		Taxa média	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	Período de três meses findo em 31 de março de 2026	2025
Dólar Americano ("US\$")	5,2194	5,5024	5,2591	5,8522
Dólar Canadense ("CAD")	3,7407	4,0187	3,8337	4,0802
Euro ("EUR")	6,0117	6,4692	6,1511	6,1608



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Vale S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário condensado da Vale S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações intermediárias condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado intermediário condensado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas intermediárias condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de



Vale S.A.

acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas incluem as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA) condensadas, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado condensadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0